APAV®

associação portuguesa de Apoio à Vítima

RECORTES DE IMPRENSA

DEZEMBRO 2021

máxima

ATUAL

"NO MEANS NO". A CAMPANHA DA APAV QUE REFORÇA O "NÃO" À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

"Não é não", a nova campanha da APAV, tem o apoio da Máxima e descontrói frases que ouvimos com frequência em relação à violência doméstica ou contra as mulheres. Exemplos? "Entre o marido e a mulher não se mete a colher".

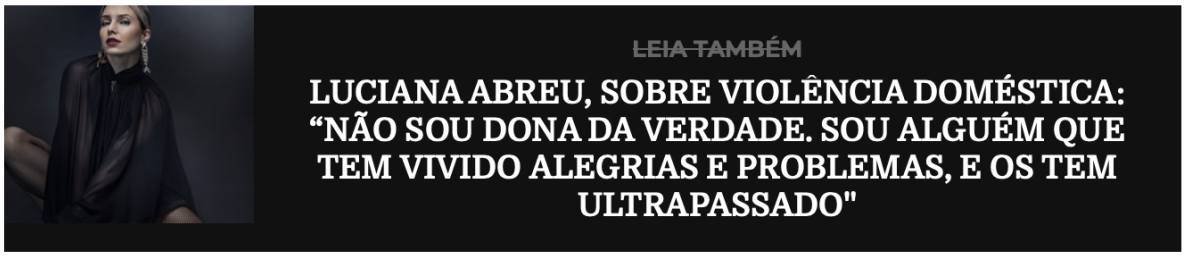
A 25 de novembro assinalou-se o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres e a APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima) lançou a campanha "No means no" — conceito criativo de Constança Caixinha que significa "não é não"— associando-se a diversas iniciativas ligadas ao tema.

APAV lança campanha "No Means No"

A campanha tem como ponto de partida frases comuns no discurso popular, como "entre o marido e a mulher não se mete a colher" ou "quem cala consente", muitas delas fruto de uma visão misógina. A APAV

pretende desconstruir estas ideias, reforçando a importância de estarmos atentos e conscientes de que cabe a cada um de nós fazer a diferença.

Entre as várias iniciativas, está a campanha #PortugalContraAViolência, que alia a APAV e outras organizações à Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Rosa Monteiro, e à Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.



Além disso, o canal Crime + Investigation™ associa-se à APAV pelo terceiro ano consecutivo para assinalar esta efeméride e dar continuidade à campanha "Stop à Violência Contra as Mulheres". Este ano a iniciativa divide-se em três spots com o tema "Muda o princípio da história. Tudo começa com uma mensagem", que pretende alertar para algumas conversas que ocorrem em grupos de homens, e que incentiva à denúncia.

No dia 25, a Marcha Pelo Fim da Violência contra as Mulheres aconteceu em Lisboa, para prestar homenagem às 23 mulheres assassinadas este ano, 13 delas em contexto de relação de intimidade. Há

ainda o registo de 50 tentativas de assassinato. Esta marcha visou chamar a atenção para este número e para a violência de género que continua a dominar a sociedade.

A Máxima alia-se à APAV nesta campanha, com a sua divulgação no site e nas redes sociais.

MAGG

Fábio Martins

16 dez 2021 14:12

Nacional

violência doméstica · apav · violência · criança · agressão

PORQUE PODE UM AGRESSOR ABSOLVIDO CONTINUAR A CONTACTAR COM O FILHO QUE AMEAÇA RAPTAR?

Soraia (nome fictício) acusou o ex-parceiro de violência doméstica, mas este foi absolvido e o Tribunal de Família decretou visitas supervisionadas, apesar de as ameaças versarem a criança. Um advogado e a APAV explicam o que está em causa.

O caso não é novo. Soraia (nome fictício) conheceu Mário (nome fictício) em 2005, e no final de 2007 já estavam a viver juntos. Os problemas na relação, no entanto, começaram cerca de seis anos depois, com o nascimento da filha, atualmente com 7 anos, que levaram a que Mário passasse a demonstrar comportamentos agressivos e manipulativos, agredindo a companheira e controlando com quem esta se relacionava no trabalho e fora dele. Em menos de nada, Soraia viu-se obrigada a uma vida de medo à medida que a violência contra si a escalava, desde agressões físicas a ameaças verbais ou tortura psicológica.

É que, quando este homem não agredia fisicamente ou ameaçava verbalmente a sua parceira, fazia-o de forma subliminar, enviando, por exemplo, uma caixa que guardava a fotografia da filha de ambos e duas facas. A violência intensificou-se em meados de 2018, altura em que Soraia decidiu pôr termo à relação e afastou o agressor da casa em que viviam. A decisão decorreu da sequência de uma primeira queixa anónima, feita por alguém da escola da filha, a quem a criança terá relatado algumas das situações de violência doméstica que presenciava entre portas.

DEPOIS DE BATEREM, "OS AGRESSORES DÃO FLORES E SÃO AMANTES MARAVILHOSOS PARA SE DESCULPABILIZAREM. A VÍTIMA É QUE SE SENTE CULPADA"

Ver artigo

Soraia não prestou declarações no seguimento da primeira queixa, por achar que a separação serviria para traçar um final definitivo ao ciclo de violência, mas começou a ser seguida pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), encaminhada pela Polícia de Segurança Pública, chegando-lhe a ser atribuído estatuto de vítima e ficando em regime de teleassistência ao longo de três anos.

PUB

Quando Mário se apercebeu de que a saída de casa era irreversível, ainda em 2018, as agressões e as ameaças intensificaram-se e passou a ser recorrente Soraia encontrar, por exemplo, facas cobertas de um líquido vermelho (que simulava sangue) nas escadas do prédio ou mensagens escritas com ameaças explícitas e de uma violência extrema.

No Natal desse mesmo ano, uma das ameaças apresentou-se na forma de um cartão natalício em que a fotografia da criança surgia junto a um cemitério. Foi deixado à porta do prédio, à vista de toda a gente. É feita uma nova queixa em 2018, recolhendo todos esses elementos de prova, e Soraia é obrigada a mudar de trabalho para outra parte da cidade de maneira a fugir ao controlo de Mário.

O caso segue os trâmites legais até ser julgado, em 2021, no tribunal criminal, na região de Lisboa. Este, apesar de estar na posse dos autos da queixa e dos elementos de prova que o alegado agressor terá enviado à ex-parceira ou deixado nas imediações da habitação onde vive, decidiu absolvê-lo no início do ano.

Após a absolvição, Soraia foi agredida

Logo após conhecida a decisão do tribunal criminal, seguiram-se mais ameaças e novas agressões. A primeira foi deixada na garagem de Soraia — a fotografia da criança com uma faca espetada no centro do rosto.

Mas seguiu-se outra, já que a MAGG sabe que a mulher foi agredida, no dia seguinte à absolvição, por alguém que não conhece, mas que se terá deslocado até a sua casa, alegadamente a mando do ex-companheiro, como forma de vingança pela acusação de violência doméstica. **Bastante ansiosa e ferida, nos lábios e nos membros inferiores, a mulher deslocou-se ao serviço de urgências do hospital mais próximo da sua área habitacional onde foi assistida pelas equipas médicas.**

Mas o caso não se ficou por aqui. Na sequência da decisão emitida pelo tribunal criminal, o Tribunal de Família e Menores (TFM) decretou que o alegado agressor teria direito a manter um contacto regular com a criança, ainda que através de visitas supervisionadas, e apesar de algumas dessas ameaças terem sido feitas no decorrer da decisão sobre o poder parental da criança.

"ESTAR NA PRESENÇA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA É O QUÊ? É A CRIANÇA ESTAR NA SALA ONDE A MÃE ESTÁ A SER AGREDIDA? OU É, POR EXEMPLO, ESTAR NO QUARTO AO LADO, OUVIR GRITOS E PERCEBER QUE A MÃE ESTÁ A SER AGREDIDA OU A DISCUTIR VIOLENTAMENTE?"

Essas visitas supervisionadas, sabe a MAGG, estão agora a decorrer num Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP), localizado na região da grande Lisboa. E ainda que, até ao julgamento, tenha sido atribuído à mulher o estatuto de vítima, o mesmo não aconteceu com a criança.

A MAGG tentou contactar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) para tentar perceber como se articula um processo de violência de doméstica e de proteção de crianças em risco, mas a entidade realçou o caráter sigiloso do processo, remetendo qualquer ato de pronúncia para o TFM que é, nesta fase, a entidade competente para efetuar qualquer "intervenção que entenda necessária e adequada à situação de perigo".

Além disso, continua a CPCJ, é ao TFM que compete, "no âmbito de um processo de regulação das responsabilidades parentais", decretar a "inibição de contactos de um progenitor em relação a um filho". Tentámos também contactar as equipas multidisciplinares, que reportam diretamente ao TFM, mas não obtivemos qualquer resposta à data da publicação deste artigo. A ideia era tentar perceber de que forma se processa a decisão de manter o contacto entre filho e progenitor, numa altura em que as ameaças que versam a criança já são conhecidas.

TRIBUNAL DE MENORES PERMITE QUE ACUSADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E AMEAÇA DE RAPTO DA FILHA POSSA PASSAR TEMPO COM A CRIANÇA

Ver artigo

Já o CAFAP, onde estão a decorrer estas visitas, mostrou-se indisponível para responder às questões da MAGG, nomeadamente sobre se tem conhecimento das ameaças que versam a criança; qual o grau de articulação com as autoridades; e que processos estão montados para garantir a segurança da criança durante as visitas com o pai, o alegado agressor.

PARA A APAV, CRIANÇAS EXPOSTAS A VIOLÊNCIA SÃO "VÍTIMAS DE CRIME"

Embora a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) não possa falar especificamente sobre este caso, explica, pela voz da sua gestora do gabinete de Apoio À Vítima do Porto, Ana Castro e Sousa, que estes processos, por dizerem respeito a matérias diferentes, decorrem em paralelo "uma vez que o de regulação de responsabilidades parentais é da competência de um juiz de Família e Menores", enquanto o processo crime "deve decorrer num tribunal criminal". **Assiste-se, portanto, a uma "separação de áreas diferentes" que, muitas das vezes, podem até ser apreciadas "em edifícios diferentes" em zonas de maior densidade populacional, como Lisboa ou Porto.**

Quanto ao que determina ou não a atribuição de estatuto de vítima também a uma criança, além da mãe, Ana Castro e Sousa remete para a discussão que ainda hoje existe entre o que é ser vítima de violência doméstica ou vítima indireta.

"O que acontece é que, muitas das vezes, as crianças estão 'apenas' — e este apenas tem de ser posto entre aspas porque se trata de um assunto muito importante para nós — expostas a uma violência interparental. **Ou seja, é uma violência que não lhes é dirigida diretamente, mas que acontece dentro de casa, entre os progenitores, e à qual estão expostas"**, explica-nos Ana Castro e Sousa, gestora do Gabinete de Apoio à Vítima, da APAV, no Porto.

"Na visão da APAV, crianças expostas a esta violência são, elas próprias, vítimas de crime", embora reconheça que há "muita discussão em redor desta temática" e do que significa, afinal, ser vítima direta.

"Estar na presença de violência doméstica é o quê? É a criança estar na sala onde a mãe está a ser agredida? Ou é, por exemplo, estar no quarto ao lado, ouvir gritos e perceber que a mãe ou o pai está a ser agredido ou a discutir violentamente?", questiona Castro e Sousa. É tudo isto que, nas suas palavras,

acaba por enquadrar uma situação de exposição à violência doméstica, levando a APAV a olhar para crianças inseridas neste contexto como "vítimas de crime" e não apenas como "vítimas indiretas".

"A ABSOLVIÇÃO NÃO QUER DIZER QUE A PESSOA NÃO TENHA COMETIDO OS ATOS, MAS QUE NÃO SE CONSEGUIU PROVAR E FUNDAMENTAR QUE AQUELES ATOS FORAM PRATICADOS"

Apesar disso, Ana Castro e Sousa ressalva que, "são muitas as situações em que a pessoa agressora dirige os seus atos violentos para um adulto e não para uma criança". Quando, de facto, essa agressão — seja ela física ou psicológica — é dirigida a um menor, que aos olhos da APAV é sempre vítima de crime mesmo que "apenas" a presencie, então "faz todo o sentido que também lhe seja atribuído um estatuto de vítima de violência doméstica".

Apesar de alguma perplexidade que possa causar, Ana Castro e Sousa explica que o regime de visitas supervisionadas, como aquelas estão agora a acontecer no âmbito deste caso, foi a alternativa "que se encontrou para que o progenitor não fique impedido de estar com a criança". **A inibição total, continua, é decretada apenas em "situações extremas" de "violência de extrema gravidade, praticada diretamente sobre a criança", e onde se inclui, também, a violência sexual.**

"São situações em que, face aos elementos que constam no processo, o juiz se vê obrigado a tomar essa decisão que é sempre feita com o interesse da criança em mente. Mas depois há situações intermédias, que não são tão graves em termos do perigo que podem representar para o menor, mas onde, apesar disso, não se é possível identificar uma relação saudável", explica a representante da APAV.

E embora o processo que o TFM tenha em mãos possa conter uma série de detalhes importantes, Ana Castro e Sousa sublinha que, apesar disso, é importante não esquecer que, do lado do tribunal criminal, foi decretada uma absolvição — que não quer dizer que o réu seja inocente.

"A absolvição não quer dizer que a pessoa não tenha cometido os atos, mas que não se conseguiu provar e fundamentar que aqueles atos foram praticados. O TFM fica, claro, com uma dificuldade, porque o réu não foi condenado num processo de violência doméstica. É possível que, nestas situações, na dúvida e existindo suspeitas de alguma violência, ainda que psicológica, se determinem visitas supervisionadas sempre com o objetivo de proteger a criança em causa", refere.

No fundo, trata-se de um mecanismo em que o menor nunca estará sozinho com o progenitor que, alegadamente, o maltrata, e cujas visitas acontecem em espaços neutros "que não são a casa do pai, da mãe ou de familiares", e durante as quais "os técnicos estão atentos para reportar ao processo qualquer situação de anormalidade".

Quando as crianças são usadas como "instrumento" para amedrontar outro cônjuge

Paulo Pereira, advogado, está habituado a lidar com casos como este em que, após uma acusação de violência doméstica, seguida de uma absolvição, o TFM decreta visitas supervisionadas entre a criança e o alegado agressor, seja o pai ou a mãe. E são, portanto, os anos de experiência que lhe permitem falar de uma situação destas como "um clássico" daquilo que vê acontecer com regularidade.

"O que me parece é que o tribunal criminal considerou que o pai não queria atingir a criança, mas sim a mãe. E mesmo assim, absolveu-o. É um clássico em que, durante um processo de divórcio [ou separação], um pai ou uma mãe usa os filhos como bala de canhão, fazendo ameaças de morte ou de rapto da criança", diz Paulo Pereira à MAGG. **O que Paulo Pereira acredita ser o entendimento do tribunal é que, nestes casos, os agressores "não querem atingir o menor, mas amedrontar o outro cônjuge com uma violência psicológica em que a criança é usada como instrumento", refere.** O paralelismo traça-se facilmente com o caso em questão, em que o alegado agressor enviou, por diversas vezes, fotografias da filha juntamente com facas a Soraia.

"No sistema judicial português há pessoas que são condenadas, mas são inocentes, e pessoas que são absolvidas, embora sejam culpadas. Tenho de dizer isto de forma clara e dura, para reforçar que embora o agressor possa ter sido absolvido no tribunal criminal, isso não significa que a violência doméstica não tenha acontecido e a criança não a tenha presenciado", diz Pereira.

A ideia, nas palavras do advogado, repugna e é difícil de explicar, mas serve de base para aquela que é a decisão do TFM uma vez conhecida a sentença do tribunal criminal.

"O TRIBUNAL PODE REVERTER A DECISÃO DESTAS VISITAS QUANDO DECIDIR QUE ESTÃO REUNIDAS AS CONDIÇÕES PARA O PAI TER ACESSO AO MENOR SEM QUALQUER ACOMPANHAMENTO. MAS PARA LÁ CHEGAR, É UM LONGO CAMINHO"

Paulo Pereira é crítico do sistema judicial português, falando de um sistema que falha, exemplificando com um cenário oposto: "No caso de um progenitor ser condenado, o advogado da vítima deveria dar conhecimento ao TFM da decisão. Não quer dizer que o tribunal criminal não pudesse, ele próprio, oficiar o outro, que acontece, mas nem sempre. E, nesses casos, deve ser o advogado a fazê-lo", refere.

PUB

Face à decisão proferida pelo TFM neste caso concreto, que se assemelha a tantos outros no País, o advogado Paulo Pereira é assertivo ao considerar que a entidade em questão terá entendido que aquele pai, independentemente da apreciação criminal que foi feita, "representará algum risco, devido ao comportamento que tem, para a vida ou a integridade física daquela criança". No entanto, isso não terá sido suficiente para "privar a criança do progenitor, uma vez que aquilo que está em causa para o TFM são sempre os superiores interesses da criança e não o dos pais", diz.

"Há situações em que isso é um erro escandaloso porque o TFM não retira as crianças a tempo aos pais e muitas acabam por morrer. **Mas neste caso, o Tribunal de Família terá feito uma análise e entendeu que não estava no superior interesse da criança privá-la do progenitor, permitindo o contacto, desde que supervisionado, por não sentir que houvesse condições para que o menor estivesse sozinho com ele".**

Para se chegar a essa decisão, é feita uma avaliação psicológica ao pai e à mãe que, especula Paulo Pereira, poderá ter servido de base para o tribunal considerar que o progenitor "não tem condições psicológicas para ter à sua guarda, e sem supervisão, o filho ou a filha".

De modo a não "cortar as ligações parentais, permitiu esta solução", sublinha, mesmo que o TFM tenha acesso aos mesmos elementos de prova — e é possível ter, garante o advogado — que foram apreciados em matéria criminal.

Ou seja, isto significa que há sempre cruzamento de informações entre os dois processos, embora no TFM o objetivo seja outro. "Um juiz de família não tem como objetivo analisar os elementos como matéria de crime, porque essa competência pertence a um tribunal criminal, mas sim pesá-los na decisão final sobre como deverá ser o relacionamento futuro entre progenitor e filho", esclarece Paulo Pereira.

Após o período de visitas supervisionadas, o que se segue?

As visitas decorrem com a supervisão de equipas multidisciplinares, cujos relatórios são remetidos para o TFM que está sempre ao corrente do processo. Além disso, acrescenta Paulo Pereira, a criança pode ser ouvida pelos técnicos e, inclusivamente, pelo tribunal à porta fechada, "a qualquer altura, se o juiz assim o entender". E se inicialmente as crianças eram ouvidas a partir dos 12 anos, agora podem "ser ouvidas mais cedo" se o juiz responsável entender que têm a maturidade necessária.

É que o processo, mesmo depois de decretadas as visitas com supervisão técnica, não é imutável. **"O tribunal pode reverter a decisão destas visitas quando decidir que estão reunidas as condições para o pai ter acesso ao menor sem qualquer acompanhamento. Mas para lá chegar, é um longo caminho e pode levar muito tempo,", diz o advogado.**

Mas também é possível acontecer o inverso, ou seja, ser decretado o fim da visitas sempre que se considerar que há risco acrescido para a criança ou houver novas agressões a serem denunciadas. "Ninguém pode ser julgado duas vezes pelos mesmos factos. Por isso, se vier a existir algum outro ato, passível de se considerar violência doméstica, contra a mãe ou contra a criança, deve haver nova denúncia e ser dado a conhecer isso mesmo ao processo de resolução de responsabilidades parentais", explica Ana Castro e Sousa, da APAV.

A explicação tem que ver com o facto de se tratar de um "processo que pode ir sendo alterado porque a situação que foi decretada inicialmente, pode não ser a mesma mais para a frente até a criança atingir a maioridade". "Qualquer circunstância que surja, pode dar origem a uma modificação no que toca à relação das responsabilidades parentais", refere.

Quando questionada sobre se, na lei, está previsto que qualquer instituição onde estas visitas supervisionadas aconteçam se possa recusar a receber o alegado agressor pelo risco que isso possa significar para a criança, Ana Castro e Sousa diz que não. **"Não há nada lei que esteja textualmente escrito acerca desse assunto. Mas, como é evidente, se houver algum momento que os técnicos que estão a supervisionar as visitas perceberem que a criança está em perigo, podem acionar, e é desejável que o façam, os órgãos de polícia criminal para tomar conta da ocorrência.** Ao perceber que alguma coisa não está bem, os locais onde estas visitas acontecem têm a obrigação de reportar ao processo no sentido de defender, sempre, os interesses da criança", diz.

"Havendo alguma coisa que não esteja a correr bem e que possa pôr em causa os interesses da criança, o seu bom desenvolvimento físico ou psicológico, deve ser reportado. Caberá ao juiz, na posse destas novas informações, reavaliar e tomar as medidas mais adequadas", conclui.

Público

Morreu o médico legista José Eduardo Pinto da Costa

Antigo director do Instituto de Medicina Legal do Porto e irmão do presidente do FC Porto tinha 87 anos. Era médico e académico.

PÚBLICO
8 de Dezembro de 2021, 22:49

Receber alertas

Antigo director do Instituto de Medicina Legal do Porto, o médico e académico morreu aos 87 anos. DR

Morreu, esta quarta-feira, aos 87 anos, o médico legista José Eduardo Pinto da Costa, antigo director do Instituto de Medicina Legal do Porto. A notícia foi confirmada pela FC Porto, clube dirigido pelo seu irmão Jorge Nuno Pinto da Costa.

Formado pela Universidade do Porto (UP), foi professor da Faculdade de Medicina e do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, e dirigiu durante várias décadas o Instituto de Medicina Legal do Porto. Uma das maiores autoridades nacionais nessa área, José Eduardo Pinto da Costa chegou a professor catedrático e presidiu ao Colégio da Especialidade de Medicina Legal da Ordem dos Médicos e ao Conselho Superior de Medicina Legal.

Esta quinta-feira, a Universidade do Porto publicou uma nota de pesar, onde lamenta a perda de “um dos mais reputados especialistas em Medicina Legal” e “uma das suas principais referências no ensino e na investigação em Ciências Médicas” daquela instituição.

“O Professor José Eduardo Pinto da Costa foi de facto um dos mais eminentes médicos legistas no nosso tempo, tendo o seu trabalho médico-científico sido amplamente reconhecido nos principais fóruns nacionais e internacionais da especialidade. Tornou-se, aliás, o primeiro português a ocupar a vice-presidência da Academia Internacional de Medicina Legal e Medicina Social”, destaca a universidade, que recorda que o médico se dedicou a várias causas sociais, como a luta contra a violência doméstica.

“Merece destaque a sua acção no âmbito da APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, de que foi membro fundador”, lê-se na nota assinada pelo reitor da UP. António de Sousa Pereira, que foi aluno do

médico legista, sublinha que “José Eduardo Pinto da Costa foi um extraordinário pedagogo, distinguindo-se por combinar conhecimento científico com vasta erudição e muito humor”.

O médico foi ainda membro do corpo clínico do clube dirigido pelo seu irmão.

As cerimónias fúnebres, segundo o FC Porto, realizam-se esta quinta-feira, a partir das 17h00, na igreja de Cedofeita, no Porto.

NOVO Semanário
Original e Livre

Os filhos como arma: todos os meses uma criança é raptada pelo pai ou pela mãe

O caso do menino alemão de três anos encontrado morto no carro carbonizado em Grândola, no início de Novembro, foi um sequestro seguido de homicídio e o mais trágico dos 13 raptos parentais ocorridos este ano. Números são da APCD.

Na manhã de domingo, 8 de Novembro, um grupo de caçadores fez uma descoberta macabra, no meio do mato de Santa Margarida da Serra, em Grândola: um carro completamente carbonizado, um menino de três anos morto no seu interior e, a poucos metros, um adulto morto com um tiro na cabeça - era o pai do menor, um designer alemão de 40 anos. Este sequestro seguido de homicídio da criança e suicídio do pai foi o mais trágico dos 13 raptos parentais directamente participados este ano à Associação Portuguesa de Crianças Desaparecidas (APCD). O director nacional adjunto da Polícia Judiciária não confirma estes números, por não poder ainda avançar com os dados oficiais finais da PJ. Em declarações ao NOVO, Carlos Farinha admite apenas que "há uma constância preocupante no número de casos de desaparecimentos, sequestros e criminalidade sexual sobre menores" este ano.

Rapto parental é a designação fácil nos média para explicar um de três crimes previstos no Código Penal: subtracção de menor (quando a guarda já está confiada a um dos progenitores), rapto ou sequestro agravado.

"Na maior parte dos casos que nos chegam, a subtracção de menor normalmente é praticada pela mãe. Contudo, os casos mais graves, ou seja, aqueles que são um verdadeiro sequestro agravado, são praticados por homens", afirma a advogada Patrícia Cipriano, presidente da APCD.

Levam filhos para outro país
Têm chegado à associação "muitos" casos de pais que raptam os filhos e os levam para países estrangeiros, separando-os do outro progenitor, por vezes para sempre. "Normalmente, trata-se de crianças que são filhas de pais com nacionalidades diferentes." Na pandemia, adianta Patrícia Cipriano, "houve vários casos de pais e mães que regressaram aos seus países de origem e não voltaram. Não posso identificar casos concretos por estar obrigada ao segredo".

Mesmo nas situações em que as crianças estão no mesmo país, os incidentes de incumprimento dos regimes fixados para as responsabilidades parentais "arrastam-se meses, se não anos em tribunal".

A presidente da APCD salienta que "há casos absolutamente escandalosos de crianças que são institucionalizadas porque os pais não se entendem quanto ao regime de visitas". Ou seja, "como não cumprem o estabelecido pelo tribunal e muitas vezes as próprias crianças são influenciadas por um deles, para que se recusem a visitar o pai ou a mãe, acabam elas próprias por ser institucionalizadas".

Como advogada, Patrícia Cipriano lembra que são situações "absolutamente contrárias ao superior interesse da criança".

Os raptos parentais acontecem com crianças nas faixas etárias dos zero aos dez anos, segundo a experiência da presidente da APCD.

1500 desaparecidos por ano
A média de menores desaparecidos por ano tem sido de 1500. Na maior parte, são fugas de curta duração de centros educativos onde estão internados. A segunda maior causa são os raptos parentais, de acordo com a presidente da APCD. E se, no primeiro ano da pandemia, 2020, houve uma descida dos casos para 1011, este ano a tendência já é novamente de aumento, garante um dos responsáveis máximos da Polícia

Judiciária. “Este ano já nos aproximámos mais dos números anteriores, infelizmente. Ou seja, estamos perto da média dos 1500 desaparecimentos de menores por ano”, afirma Carlos Farinha.

Quanto aos raptos de crianças, felizmente, as situações não tiveram, na sua maioria, um desfecho trágico. “Houve várias que correram bem e que foram interrompidas, como o caso do pai alemão que raptou os dois filhos menores em Espanha (Tenerife) e foi interceptado em Peniche pela Polícia Judiciária”, lembrou Carlos Farinha. E destaca que “a subtracção de menor tem uma componente jurídica complexa, porque só existe quando já foi fixado um regime de guarda ou tutela da criança. Porém, muitas vezes, estes casos acontecem quando os pais ainda estão em tribunal a discutir o regime”.

Patrícia Cipriano, por sua vez, avança com uma razão pela qual a APCD tem mais mães a evitar os contactos das crianças com os pais do que o contrário. “É o receio que manifestam quanto ao bem-estar da criança com o pai. Muitas vezes, estas mães são marcadas pela violência doméstica que, obviamente, também marcou a vida dos filhos.”

A maior parte dos raptos parentais tardam a resolver-se, diz a advogada, “principalmente quando as crianças são retiradas do país habitual da sua residência”. “Pior se torna a situação quando as crianças são deslocalizadas para fora da Europa ou para países não subscritores da Convenção de Haia relativa ao rapto internacional de menores.”

Há casos que nunca se resolvem. “Há pais e mães que nunca mais vêem os filhos e estes nunca mais vêem um dos progenitores.”

Para a investigação destes processos, a presidente da APCD defende “a criação de uma brigada especial, dentro da Polícia Judiciária, que lide com toda a criminalidade contra crianças, tal como a possibilidade de esta polícia poder trabalhar estas matérias com organizações da sociedade civil, em quem poderia delegar tarefas específicas”.

Carlos Farinha lembra que uma das organizações parceiras da Polícia Judiciária é a APCD e que, antes dessa parceria existir, a PJ já tinha protocolos com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e o Instituto de Apoio à Criança (IAC). O director nacional adjunto da PJ refuta a ideia proposta por Cipriano da criação de uma brigada especial. E explica porquê: “A Polícia Judiciária tem um núcleo de inspectores ligados à Unidade de Informação Criminal em Lisboa que centralizam os casos de crianças desaparecidas, mas que não estão em exclusivo com estes processos.”

Carlos Farinha ressalva que é “preciso equilibrar a especialização com a distribuição geográfica”. Até porque “a maior parte dos casos acabam por ser resolvidos pelas unidades territorialmente descentralizadas da PJ”. E dá como exemplo o processo de Noah, o menino de dois anos que esteve desaparecido por 40 horas no concelho de Idanha-a-Nova, em Junho deste ano, cuja investigação esteve distribuída pelos departamentos de investigação criminal de Leiria e da Guarda.

O director nacional adjunto da Judiciária não consegue garantir que hoje não fosse possível um caso Rui Pedro (desaparecido com 11 anos, a 4 de Março de 1998), um caso Rita Monteiro (desaparecida aos 19 anos a 17 de Fevereiro de 2006) ou uma Madeleine McCann (desaparecida com três anos a 3 de Maio de 2007). “Mas hoje temos uma melhor resposta da investigação e canais de cooperação que não tínhamos no passado”, conclui Carlos Farinha. O facto é que há pais que continuam sem resposta sobre o que aconteceu aos filhos há anos.

Subtracção, rapto ou sequestro: diferentes penas
O afastamento doloso de menor de 18 anos de quem exerça a guarda do mesmo ou as responsabilidades parentais configura subtracção de menor, crime punível com prisão até dois anos ou multa até 240 dias. Já quem, por meio de violência, ameaça ou astúcia, raptar outrem com a intenção de o submeter a extorsão, atentar contra a liberdade e autodeterminação sexual da vítima, obter resgate ou recompensa, é punido com dois a oito anos de prisão. O sequestro, que é deter ou privar alguém de liberdade, é crime punido com até três anos de pena ou multa, ou com prisão de dois a dez anos se a privação da liberdade durar mais de dois dias, for precedida ou acompanhada de ofensa à integridade física grave, tortura ou outro tratamento cruel, degradante ou desumano, ou for praticada com o falso pretexto de que a vítima sofria de anomalia psíquica, entre outros.

*Artigo originalmente publicado na edição impressa do NOVO nas bancas a 3 de Dezembro de 2021

TSF RÁDIO NOTÍCIAS

Por Filinto Lima
18 Dezembro, 2021 • 12:03

OPINIÃO

Pinto da Costa, O Professor

Por norma, tendemos a guardar no nosso baú das excelsas recordações os nossos professores da escola do 1.º Ciclo, vulgo escola primária, muito por força de nos terem acolhido na mais tenra idade, dedicando-nos a sua amizade, paciência e elevado profissionalismo para que conseguíssemos aprender a ler, escrever, contar, saltar e tantas outras coisas mais... Trago no coração o professor Floriano Monteiro, a professora Elvira e muitos outros, mas hoje recordo, a título de homenagem, um professor do ensino superior que deixa saudades a todos quantos que com ele privaram, pois era um homem singular, douto, e com valores vincados e, pelo facto, tornou-se, reconhecidamente, uma figura pública.

No meu percurso estudantil, quão honroso foi ser aluno do Professor de medicina legal, José Eduardo Pinto da Costa, recentemente falecido!

Exímio comunicador, o Professor Pinto da Costa não só era imensamente admirado pelos alunos, que lhe reconheciam autoridade e capacidade de análise e diálogo, como colhia dos seus pares um enorme respeito e estima.

Cofundador da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), Pinto da Costa irradiava humanismo e boa disposição, sendo considerado por quem com ele se relacionava, alunos incluídos, um pedagogo de excelência, atendendo aos seus infinitos conhecimentos na área que lecionava e exercia profissionalmente (medicina legal), e em que era referência ímpar.

Interagia com os discentes de uma forma empática e envolvente, aliando um humor refinado com que condimentava as suas aulas e palestras, contribuindo para sessões letivas profusamente concorridas e que pareciam terminar cedo demais, tal era o entusiasmo com que cativava os alunos, com a mestria, dinamismo e, na mesma medida, simplicidade como as suas excelentes aulas eram dinamizadas.

Professor Catedrático da Faculdade de Medicina do Porto, diretor do Instituto Médico Legal da cidade do seu coração, ocupou outros cargos de destaque internacional, deixando, com a sua partida, assaz mais pobre esta área da ciência.

Será prazeroso recordar tão notável Professor, Pinto da Costa, no primeiro dia de vacinação das crianças que, a par da máscara, terão outro aliado na defesa contra o inimigo (COVID-19).

É o momento de esperança!

Os alunos dos 9 aos 11 anos começarão a ser inoculados, por opção dos pais e, previsivelmente, aquando do início do 2.º período letivo, estarão aptos a enfrentar o inimigo, munidos de armas eficazes para além da máscara, contagiados pela felicidade que merecem que presida ao seu crescimento.

Pinto da Costa tinha como hobby ser feliz. Seguindo este sublime exemplo, exige-se à sociedade que atribua esperança e felicidade a jovens que merecem o melhor do mundo.

Público

MULHERES

Faz delete é um estudo sobre violência sexual online (e quer saber o que tens a dizer)

A Rede de Jovens para a Igualdade lançou um inquérito online para conhecer as experiências de mulheres com a partilha não consentida de imagens de cariz sexual. O estudo terá também entrevistas feitas por uma investigadora que defende que esta é uma forma de violência sexual ainda "muito secundarizada".

Renata Monteiro

2 de Dezembro de 2021, 8:15

Receber alertas

É um diagnóstico de um problema que se replica online, com consequências fora do ecrã, mas "do qual pouco mais se sabe". Por isso, a investigadora Maria João Faustino quer entrevistar jovens mulheres que "tenham tido experiências de violência sexual baseada em imagens".

Muitas vezes chamada "pornografia de vingança" ou "pornografia não-consentida", a distribuição de vídeos, imagens ou mensagens explícitas ou íntimas sem consentimento é crime em Portugal e encaixa melhor numa forma de "violência sexual online, ou de abuso, como é chamada nos países anglo-saxónicos.

"*Nudes* desta, alguém tem?" O contra-ataque para a violência sexual online também já chegou às redes sociais

Vídeos e imagens partilhadas em grupos com milhares de utilizadores: a violência sexual online aumentou durante a pandemia. Nas redes soci

LER MAIS

Os investigadores que estudam o fenómeno defendem que reduzir a partilha não consentida a "pornografia" tira a atenção do agressor e projecta-a na pessoa que viu a sua intimidade violada. Além disso, a vingança não é a única motivação que leva alguém a partilhar uma fotografia, vídeo ou mensagem de texto ou som com cariz sexual ou íntimo que lhe foi enviada com expectativas de privacidade.

"É uma violência muitas vezes secundarizada, que ainda carece de um tratamento muito rigoroso", explica Maria João Faustino. "Já houve alguns passos para tentar dar resposta ao problema, mas ainda há muito por fazer a nível de políticas públicas, de conscientização, de campanhas de prevenção", diz a doutoranda em Psicologia, que destaca o projecto-lei da deputada não-inscrita Cristina Rodrigues, em 2021, e uma petição lançada pela responsável pela conta de Instagram Corta Corrente, discutida na Assembleia da República também neste ano.

O estudo, que trabalhará depois na sensibilização e prevenção desta forma de violência, é parte do projecto Faz Delete, da Rede de Jovens para a Igualdade (associação Rede). É essa a razão principal para a limitação etária tanto das entrevistas como do questionário online, dirigido a mulheres entre os 18 e os 25 anos, residentes em Portugal, cuja identidade será protegida.

Linha Internet Segura

www.apav.pt

linhainternetsegura@apav.pt

800 21 90 90

Além de um documento com recomendações dirigidas a agentes políticos, o Faz Delete planeia lançar uma campanha de prevenção feita por jovens e organizar *workshops* sobre o tema com associações.

O estudo tem como parceiras a Associação de Mulheres contra a Violência (AMCV) e a Associação Mulheres sem Fronteiras, é apoiado pelo programa Cidadãos Activos e estará em curso até ao final do ano. É possível contactar os responsáveis do projecto por email (fazdelete@redejovensigualdade.org.pt).

labor.pt
semanário

Profissionais de saúde do CHEDV lançam CD solidário

Por **Giselia Nunes** - Dezembro 30 2021 9:01

124 0

Venda reverte a favor da APAV e da Liga dos Amigos do Hospital S. Sebastião

Hoje António Freitas olha para trás e só pensa que “foi uma coisa maluca que nos passou pela cabeça, mas que valeu bem a pena”. Ao fim de cerca de um mês e meio, este técnico superior de diagnóstico e terapêutica (TSDT) que coordena o Serviço de Radiologia do Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga (CHEDV) viu nascer o CD solidário que havia idealizado juntamente com a enfermeira Salete Mota e o músico Gonçalo Tavares, conhecido pelas suas participações no Festival da Canção e também por ser sobrinho de José Cid.

Estes dois profissionais de saúde do CHEDV e Gonçalo Tavares fazem parte da “TaskForce CD um novo Natal no CHEDV” que teve a iniciativa de desenvolver um projeto de produção de um CD de músicas de Natal. De imediato, a ideia foi bem acolhida pelo conselho de administração do CHEDV.

Aliás, segundo o presidente Miguel Paiva, “com esta iniciativa pretendeu-se criar um momento de partilha e descompressão de tanto e tão duro trabalho a que temos sido sujeitos nos últimos meses e que tanto tem

exigido de nós. A partilha, através da música, de uma mensagem de alegria e união é algo que a todos nos sensibiliza e ajuda a dar sentido aos sacrifícios que fazemos".

HÁ SANJOANENSES ENTRE OS "ARTISTAS"

"Um novo Natal no CHEDV" é composto por 10 temas, sendo três originais e um com letra original e música adaptada. Foram gravados, ao longo de vários fins de semana, por colaboradores do CHEDV e também por alguns familiares, todos cantores amadores. A gravação teve lugar no estúdio de Gonçalo Tavares em Anadia.

Entre os "artistas", o labor encontrou dois sanjoanenses, Arménia Santos e o marido Paulo Guimarães.

REGIÃO DE LEIRIA

OURÉM

Ourém é o concelho do Médio Tejo com mais casos de violência doméstica

Este ano, já foram relatados 31 casos de agressão no concelho.

Em agosto do ano passado, a GNR anunciou a detenção de um homem, em Ourém, por agredir "física e psicologicamente de forma reiterada, durante os 47 anos de casamento, a sua mulher de 64 anos, ameaçando-a de morte constantemente". Este foi um dos vários casos de violência doméstica registados nos últimos dois anos naquele concelho. Entre 2019 e 2020, Ourém foi o município do Médio Tejo com mais casos relatados e o segundo no distrito de Santarém.

Em 2020, foram realizadas 24 sinalizações para o Espaço M – Estrutura de Atendimento à Vítima de Violência Doméstica de Ourém. O número aumentou em 2021 e já alcançou os 31. As vítimas são, sobretudo, do sexo feminino (87%), sendo que 47% têm idades compreendidas entre os 35 e os 54 anos. Os agressores são do sexo masculino (89%), sendo que 66% são cônjuges ou companheiros das vítimas e 15% ex-cônjuges ou ex-companheiros, revelam os dados divulgados por aquele organismo.

A sinalização é feita, maioritariamente pelas forças de segurança (44%), mas as vítimas também procuram ajuda (21%). Os casos chegam ainda à Estrutura através de sinalização de familiares (8%), da CPCJ (7%), da APAV (4%) e de entidades de intervenção local (16%). 55% dos casos referenciados à Estrutura de Atendimento à Vítima permanecem em acompanhamento e 45% já foram arquivados.

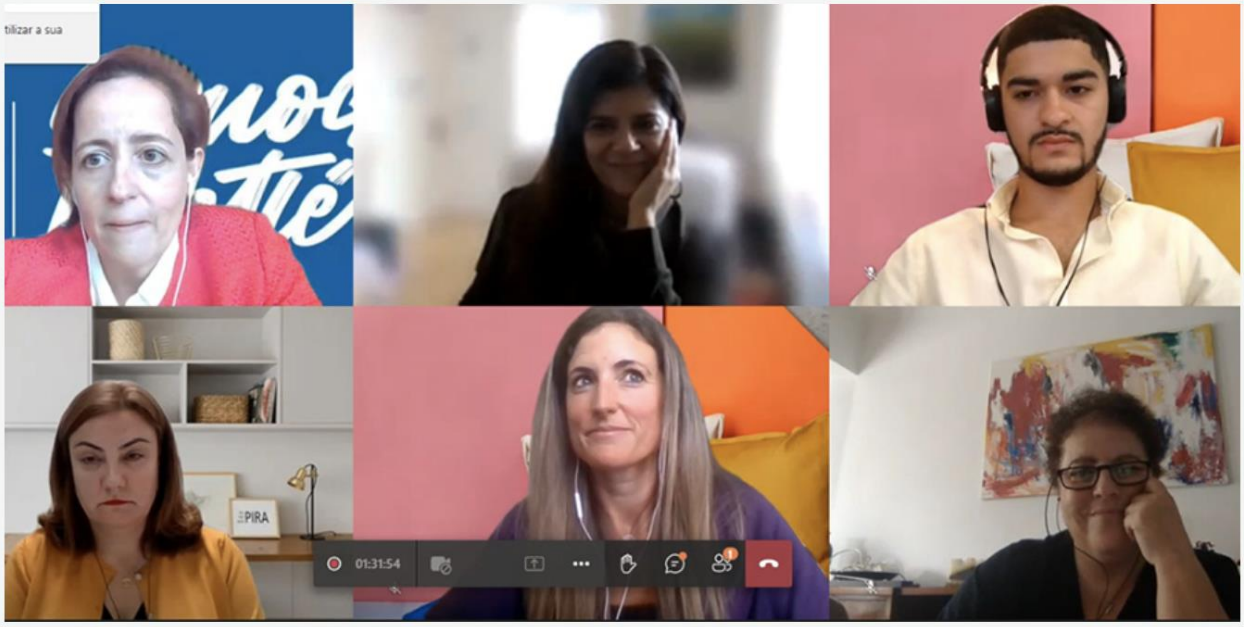
Desde 2018, ano em que a Estrutura de Atendimento à Vítima de Ourém entrou em funcionamento, integrando o projeto Maria da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, efetuou 381 atendimentos a 73 vítimas de violência doméstica. No entanto, já desde 2011 apoiava as vítimas através do Núcleo de Apoio à Vítima de Ourém.

A Estrutura de Atendimento à Vítima de Violência Doméstica de Ourém foi auditada pela Comissão para a Igualdade de Género, esperando ser certificada até final do ano, anunciou António Castanheira, responsável pelo Espaço M durante uma tertúlia, no Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres. As diversas entidades locais irão integrar a Rede Local de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica do concelho de Ourém, a implementar em 2022.

Centro Hospitalar de Leiria lança vídeo para divulgar sinal de pedido de ajuda para vítimas de violência

26 de novembro de 2021

Human Resources



Diversidade e Inclusão: Nestlé, IKEA e El Corte Inglés partilham como a promovem

Por **Sandra M. Pinto** — Em **12:00, 30 Dez, 2021**

Com o objectivo de olhar mais a fundo sobre a Diversidade e Inclusão e a sua importância nas organizações, a Nestlé promoveu uma roundtalbe sobre o tema. Nela participaram Rosário Vilhena da Nestlé, Joana Cambas e Caio Maciel da Ikea, Paula Lobinho do El Corte Inglês, Sara Pestana da Fundação LIGA/OED e Ana Salgueiro da APPDI – Associação Portuguesa para a Diversidade e Inclusão.

O evento que visou um olhar mais a fundo sobre a Diversidade e Inclusão, teve como objetivo a partilha de boas práticas por parte de cada uma das entidades intervenientes, bem como o debate daquilo que serão os principais desafios e oportunidades para o futuro, relativamente a este tema.

Este é um tema ao qual o El Corte Inglês tem vindo a dar grande atenção através da implementação de diferentes iniciativas, como o Programa PESCA dedicado em especifico aos imigrantes o qual procura integrar pessoas na área de peixaria, um outro programa teórico/pratico dedicado a jovens em risco de abandono escolar, e a colaboração próxima com a APAV com vista ao emprego das vitimas de violência doméstica. «Estes são apenas alguns exemplos à parte do nosso processo de contratação norma», assinala **Paula Lobinho responsável pela área da Diversidade, Inclusão e Parcerias Institucionais do El Corte Inglês**, acrescentado que e empresa tem outros programas fora do âmbito da empregabilidade que, de alguma maneira, vão sensibilizando todos na organização para a importância destas questões, como exposições de arte inclusiva na zona de escritório onde só têm acesso os colaboradores.

No caso da Ikea além dos programas que têm vindo a ser implementados, a empresa vai lançar brevemente um questionário junto dos colaboradores «para fazer um levantamento daquilo que é a diversidade e inclusão na organização, ao mesmo tempo temos vindo a apresentar um conjunto de embaixadores, que mais não são do que um grupo de colaboradores apaixonados pelos temas da diversidade e inclusão e que nos ajudam a alavancar e a dinamizar a iniciativas sobre este tema da organização e nas suas próprias unidades, apresentámos também o CEO Forum, iniciativa que junta a empresa com outras organizações para discutir estes temas», refere **Joana Cambas, Country Recruitment & Sourcing Manager da Ikea**, isto tudo « além das parcerias ao nível da empregabilidade que nos permitem alavancar estes temas de uma forma mais concreta».

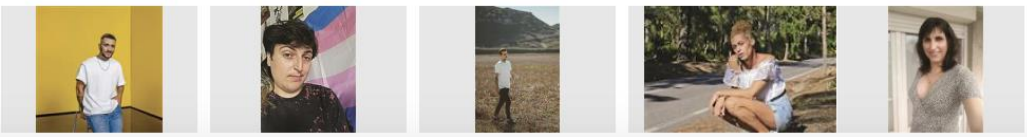
Operação de Emprego para Pessoas com Deficiência resulta de um protocolo entre a Fundação LIGA, o Instituto de Emprego e Câmara Municipal de Lisboa, esclarece **Sara Pestana da Fundação LIGA**. «Tentamos ser um serviço mediador entre as pessoas com deficiência e as empresas, de forma a conseguir que estas tenham um acesso facilitado às pessoas com deficiência, e vice-versa», esclarece a responsável. A entidade apoia em todo o processo trabalhando com as pessoas um conjunto de questões de

competências socioprofissionais, sendo que «temos uma equipa que faz uma avaliação inicial das pessoas no sentido de conhecer muito bem as suas competências e funcionalidade, para depois podermos apresentar às entidades empregadoras um perfil o mais concreto possível sobre o candidato». Para Sara Pestana o sucesso da iniciativa reflecte-se no facto de já «termos muitas pessoas empregadas, o que revela um grande conhecimento sobre as pessoas com deficiência que chegam até nós, mas também um trabalho muito profundo e uma relação que se vai estabelecendo ao longo do tempo com as entidades empregadoras».

«Este webinar é o exemplo daquilo que fazemos na Nesté sobre este tema, é falar sobre ele, tudo começa a partir daí», refere desde logo **Rosário Vilhena, directora de Recursos Humanos da Nestlé Portugal**. «O grande primeiro passo é mesmo falar sobre os temas, sendo que na Nestlé acreditamos verdadeiramente na Diversidade e Inclusão, fazem parte dos nossos princípios e dos nossos valores, pois temos uma cultura construída na base do respeito, pelo que este tema é um parte integrante desta mesma cultura».

Para Rosário Vilhena, em Portugal a empresa representa muito bem o espirito Nestlé. «Somos 2300 pessoas, temos 43 nacionalidades, temos uma igualdade de género de 50/50, sendo que 51% das line managers são mulheres e fazemos a análise do gender pay gap». No último survey feito aos colaboradores, 94% afirmaram que a Nestlé é uma entidade inclusiva e 92% dizem ser tratados com respeito, «isto para mim é, de facto, o mais importante», sublinha a responsável.

Jornal i



SARA PORTO

Imaginemos que não nos identificamos com o género que nos é dado à nascença. Imaginemos que, ao nos olharmos ao espelho, não conseguimos identificar-nos com o que vemos. Trans, Transexual, Transgénero, Travesti, são vários os conceitos de que ouvimos falar. Mas o que é que eles realmente significam? Ary, Isaac, Daniela, Aishan e Maria contam ao i a sua história, defendendo que "os corpos são todos diferentes e não têm necessariamente que pertencer ao modelo binário".

Quem sou? Quem é que realmente sinto que sou? Ao longo da vida, é possível que nos interroguemos várias vezes sobre a maneira como nos vemos, identificamos, sentimos. Este é um cenário habitual, em diversos estádios da vida, em determinadas circunstâncias e momentos. Nascemos numa sociedade binária que se ramifica entre o universo feminino e o universo masculino. À nascença, é precisamente a nossa genitália que nos "dá nome", nos "rascunha" o destino, ditando aquilo que somos, ou devemos ser. Mas e se, ao nos olharmos ao espelho, não nos identificamos com o que vemos? E se esse "esboço" precisasse de ser emendado? E se, durante uma vida inteira, nos sentíssemos aprisionados num corpo que não é o nosso? Ou se a maneira como o olhamos deixasse de fazer sentido e precisasse de ser transformada? Ary, Isaac, Maria, Daniela e Aishan são cinco das vozes que se têm feito ouvir. Todos com histórias diferentes, mas com uma coisa em comum: a crença de que a comunicação/informação tem poder e que o "universo" trans continua a ser "tabu" em Portugal.

Ary Zara

"Sou geometria sagrada materializada num corpo. O nome que escolhi para mim é Ary e decidi manter o nome que me deram à nascença, Zara. Tudo o que faço tem um tom de missão e propósito. Mergulho

profundamente na procura de respostas, esforço-me constantemente a sair da minha zona de conforto e gosto de oferecer um olhar de ângulos também possíveis e menos explorados para trabalhar uma nova consciência", descreve-se assim Ary Zara, cineasta, performer, ativista e terapeuta holístico de 35 anos, que pediu para ser tratado com pronomes neutros. Segundo Ary, a sua transição veio como "anexo do feto" e tem sido "um caminhar desde então". "Não houve um dia, nem um momento específico mas sim uma transição gradual à medida que me confrontava com as imposições associadas ao género que me foi atribuído no momento do nascimento", explicou ao i. "A minha relação com o corpo foi mudando também à medida que este se foi desenvolvendo e aos 29 anos senti que tinha urgência num outro corpo há muito adiado", continuou, acrescentando que viveu muitos anos numa "tentativa de positivismo corporal" até que percebeu que não tinha de aceitar tudo.

O seu corpo, contou, começou a alterar-se bastante tempo antes de fazer hormonas, pois fez questão de caminhar o mais longe que conseguiu "até não ter mais saída": "Isto reflectiu-se em treinos bidiários no ginásio para aumentar bastante a minha musculatura e diminuir ao máximo a gordura do meu peito. Quando cheguei ao meu limite físico, decidi então começar a tomar testosterona com acompanhamento de um endocrinologista que me permitiu fazer tudo com bastante calma, pois sabia que não queria ter mamas, mas não tinha a certeza em relação aos pêlos faciais que iriam aparecer", explicou. Entrou posteriormente numa fase que agora considera "bastante tóxica", em que sentiu urgência em parecer um homem cis (pessoa cuja identidade de género corresponde ao género que lhe foi atribuído no nascimento), tentando eliminar "tudo o que de padrão feminino existia em si". Passados dois anos de reposição hormonal, Ary decidiu fazer a sua mastectomia e alterar o nome e marcador de género. "Este último foi bastante violento para mim, porque eu não me sentia nem sinto homem mas na inexistência de um terceiro marcador escolhi aquele que me ia permitir um navegar mais tranquilo e não violento numa sociedade binária", revelou, admitindo que sentiu, na altura, que era uma pessoa fraca "por não ser capaz de viver com o corpo com que nasceu". "Foi uma decisão que me fez repensar bastante sobre os meus padrões, preconceitos e questões políticas. Senti muita necessidade de estudar e ler sobre género, feminismo, biologia quase para me justificar como se a minha verdade não bastasse... Eventualmente encontrei-me e fui então capaz de avançar. Atualmente sinto-me bem com o meu corpo nos termos em que está, encontro poder em ser trans não me moldando mais ao que é esperado quando me olham", sublinhou.

Daniela Bento
"O meu processo é único, tal como todas as vivências trans, os processos são únicos e todas as trajetórias todas válidas. Não há apenas uma narrativa, existem tantas narrativas quanto pessoas", frisa Daniela Bento, membro da Direção da Associação ILGA Portugal. "Na minha infância nunca senti que rapaz não era o meu género, nem sabia o que era género. Tentava viver a minha infância o melhor que podia, com as dúvidas e questionamentos típicos de uma criança", contou. Só quando foi para a capital é que decidiu começar a "re-experimentar toda uma nova vivência":

"Utilizava os mecanismos de género para me enquadrar em algum lado, no feminino ou no masculino. Nessa altura, não conhecia outras realidades. Isso alastrou-se por anos, e foi preciso muita experimentação e reflexão interna para entender que eu era mais do que isso, a minha identidade ir para além daquilo que eu mostrava socialmente". Aos 27 anos, Daniela decidiu que queria mudar o nome e esse simbolizou "um salto de catapulta" para descobrir "o seu próprio lugar no mundo": "Eu achei-o na transgeneridade, sendo mulher e mais tarde, com mais alguns processos desconstrutivos, afirmar-me mulher e não binária", admitiu. O género não binário é o termo guarda-chuva para identidades de género que não são estritamente masculinas ou femininas.

Isaac dos Santos
"Sempre me vi como um homem. Desde que tenho consciência que me vejo desta forma. Nunca por um segundo na minha vida, me vi ou me senti de outra forma. O que foi bastante frustrante porque tive de esperar até aos 18 anos para poder ter o meu BI com o meu nome e marcador de género correto. Para poder começar a reposição hormonal e ver o meu corpo desenvolver as características corporais com as quais me identifico e que senti falta toda a minha vida. Para poder fazer a mastectomia que era o que mais me impedia de viver livremente", conta, por sua vez, Isaac dos Santos, 24 anos, barbeiro e criador de conteúdos, acrescentando que "assim escrito parece que não foi nada, mas experimentem viver 18 anos num corpo que não vos pertence, não vos representa".

Isaac realizou então uma reposição hormonal que tornou a sua voz mais grossa, as feições mudaram, a gordura começou a distribuir-se de forma diferente, as ancas, que lhe incomodavam bastante, desapareceram, a barba começou a crescer. "Juntando isto à mastectomia consegui ter o corpo estereotipicamente masculino de que necessitava", admitiu.

O coming out
Trata-se por isso de um processo com "vários momentos difíceis", apesar de não ser, segundo Isaac, um processo de apenas "sofrimento". "Fazer um 'coming out' é assustador porque não sabemos a reação das pessoas à nossa volta. Mas em última análise, nós estamos a dizer quem nós somos. Se alguém diz 'não aceito' ou 'para mim tu vais sempre 'o' ou 'a' então, essa pessoa está a recusar-se a conhecer quem verdadeiramente somos. Numa situação fora de assuntos trans, se alguém se recusa a saber quem nós somos, não quer fazer parte da nossa vida", frisou.

As pessoas trans enfrentam, por isso, várias dificuldades que “diferem de pessoa para pessoa consoante onde moram, qual é o apoio da família e amigos, de onde vêm e quem são”. “Para as pessoas que não têm uma aparência comum consoante os padrões de beleza para cada género, arranjar um emprego pode tornar-se num problema. Isto pode acontecer com pessoas que não tenham uma expressão de género binária (masculina ou feminina) e torna a leitura do género menos simples. Muitas destas pessoas têm dificuldade em arranjar um emprego, uma fonte de rendimento. Pessoas trans que venham de outros países têm dificuldade em começar ou continuar o processo (consultas, hormonas, cirurgias) devido a burocracias legais”, elucidou.

A busca pelo sítio certo

Aishan Noir tem 27 anos, é uma mulher trans brasileira, ativista e trabalhadora na área do audiovisual. Há um ano mudou-se para Portugal em busca de melhores condições de vida, mas infelizmente, segundo esta, não é isso que tem acontecido. “Tenho 27 anos, portanto, durante todo esse tempo, permaneci num corpo, numa identidade, com uma imagem que não era do meu agrado”, explicou ao i, revelando que muita dessa realidade se deveu ao seu panorama familiar. “Cresci num ambiente de uma falsa classe média brasileira, muito embranquecida, cheia de regras e costumes. A minha família tentou sempre colocar-me em ‘locais’ e trabalhos mais masculinos, fazia-me utilizar roupas mais masculinas”. A ativista admitiu que teve de sair do país rumo a Amesterdão para conhecer outro mundo, uma outra realidade. “Lá eu tive a liberdade de ser quem sou, de me descobrir, de perceber que eu andava a viver com uma identidade que já não me pertencia. Fiquei um ano na Holanda, por questões de legalização e, como Portugal oferece melhores condições, decidi mudar-me para cá”, lembrou. Mas, de certa forma, lamenta, a sua qualidade de vida piorou: “Lá eu tinha uma receção sobre a minha imagem que aqui não tenho. Lá era uma coisa positiva, aqui estou a ter uma visão negativa”.

A sua transição deu-se a partir da maneira como olha para o seu próprio corpo, que ainda é o mesmo. “Só que a forma com que eu me vejo, com que o meu namorado me vê, a forma com que a gente se relaciona, com que eu me exponho para a sociedade, é mais empoderada. Eu digo: ‘Eu sou uma mulher!’. Eu pensava que eu era um ser ‘espetáculo’, pela minha feminilidade enquanto homem gay antes desse ‘coming out’. Para mim, o mais importante é a forma como eu me vejo. O corpo não tem necessariamente de mudar, tal como ainda não mudou, mas sim a forma com que o vejo”, elucidou.

50 anos “perdida”

“Em 50 % da minha vida eu vivi como mulher às escondidas. Não assumia e nunca percebi o que é que isso quereria dizer até finais de 2017, princípios de 2018”, revelou o ano passado Maria João Vaz, atriz e artista plástica de 57 anos, que ficou conhecida com o famoso anúncio “To Xim?” da Telecel, no programa A tarde é Sua, apresentado por Fátima Lopes. A sua transição é, por isso, bastante recente e deu-se na primavera de 2020, em pleno confinamento.

Os seus pais educaram-na segundo os padrões de um rapaz. Chumbou no seu terceiro ano, com notas baixas em todos os períodos, considerando agora ter sido “um grito de alerta”. “O diretor de turma chamou os meus pais à escola e quando estes chegaram a casa em graçola disseram-me: ‘Vê lá tu que o teu diretor perguntou-nos se tu tinhas problemas psicológicos ou psiquiátricos!’. E eu tinha! Acho que eles tiveram pouca sensibilidade comigo. Muitas pessoas são capazes de dizer que é fácil meter a culpa nas pessoas porque havia pouca informação, mas as pessoas nascem transgénero. Não é uma coisa em que eu me tornei. Eu já era só que não conseguia interpretar”, contou numa entrevista ao programa #SÓQNÃO, da RTP. Aos cinco anos, já trocava de sapatos com a sua colega de carteira e, anos mais tarde, resolveu experimentar as roupas da sua mãe.

“Sentia um arrepio sempre que o fazia”, lembrou na conversa com Joana Martins. Dormia no quarto com mais dois irmãos, durante a tarde, levava coisas para dentro da cama e era lá que se vestia. “Ou ia para dentro da casa de banho e tapava as frinchas da porta. Nunca fui apanhada!”, admitiu.

Só anos mais tarde é que teve contacto com o conceito transgénero. “O meu pai trabalhava no aeroporto e trazia umas revistas para casa. Uma delas era a Manchete, uma revista brasileira, e na última página, havia fotografias de pessoas brasileiras transgénero. Eu interessava-me muito, mas nem por uma vez pensei que seria uma pessoa dessas. O que é muito estranho… Como é que eu não fiz o click mais cedo?”, interrogou-se, lamentando ter passado 50 anos a viver uma “mentira”. “O que é dramático neste momento é perceber que os anos para a frente são menos do que os que vivi para trás”.

Maria teve relação com uma mulher que acabou por ser a mãe das suas filhas, contudo, a relação “nunca correu bem”. “Porque eu mesmo casada ou namorando, tinha a minha vida privada. Andei ao longo da vida à procura de muitas distrações”. “Desempenhava o que normalmente se costuma chamar a figura feminina no casal. Eu fui a mãe das minhas filhas, ou a segunda mãe. Eu só não as tive dentro de mim. Mãe é a progenitora feminina, pai é o progenitor masculino. Porém, eu agora sou feminina, por isso não me faz mais sentido ser chamada ou vista como pai. Não me importo de ser madrasta, mãe, M, MJ, mas pai não”, elucidou ao mesmo programa. O seu “coming out” para o mundo foi em agosto de 2020, quando sentiu que estava “apresentável”, na maneira como queria que a Maria João fosse. O seu maior receio eram as pessoas mais próximas, tal como a porteira, os vizinhos, as pessoas do supermercado… Ao contrário do

que podia esperar, a receção "foi incrível". "Todos me deram força. Fico muito feliz, por essas pessoas, não é por mim. Porque que bom que são assim!". Segundo Maria, a maior curiosidade que as pessoas têm tem sempre a ver com o corpo, as cirurgias, "com o fetichismo todo que envolve esta questão". "Há mulheres trans que gostam de manter a sua genitália, o seu corpo, o seu cabelo… Que se sentem bem como estão. Outras querem aumentar o peito cirurgicamente, outras querem fazer uma vaginoplastia porque a sua genitália não as deixa felizes", contou, frisando que as pessoas utilizam os recursos médicos existentes "para tentar alinhar o corpo com aquilo que sentem, sendo livres de fazer o que querem". "Eu quero o meu corpo alinhado com aquilo que sinto. E se eu fizer uma vaginoplastia ninguém sabe se tenho um pipi ou não. Eu também não pergunto às pessoas que estão perto de mim o que é que elas têm no meio das pernas", declarou.

Um desmistificar de conceitos

"Transexual é um termo que tem vindo a cair, felizmente. Dividia-se as pessoas trans pelas que tinham feito cirurgias genitais e as que não tinham. As que tinha, eram transexuais, as que não tinham eram transgénero. Este conceito era muito invasivo e redutor", explica Isaac, ressaltando que "ninguém tem absolutamente nada a ver com os nossos genitais". Ou seja, atualmente, elucida, o termo que é utilizado e considerado mais inclusivo e correto é o de "transgénero", ou "trans" que "tem espaço para albergar todas as pessoas que não se identificam com o género que lhes foi atribuído à nascença".

Por sua vez, Ary acrescenta que quando alguém diz que é transgénero "assume apenas que não se identifica com o género imposto sem ter que revelar se fez cirurgias ou pretende fazer, se toma hormonas ou pretende tomar criando uma barreira de proteção em relação a si e ao seu próprio corpo". Desta forma, o pretendido é precisamente enfatizar também que "a identidade trans não tem que se relacionar com processos médicos mas sim com a experiência individual de cada pessoa". "O género está em mim, não no meu corpo. Necessitamos do corpo para nos afirmarmos, mas o corpo não define o nosso género. Eu sou tão homem hoje, quanto era antes de reposição hormonal e cirurgia", declara Isaac.

No caso de Maria, o seu corpo foi-se transformando "naturalmente": "As formas, os seios, o contorno do rosto, a pilosidade… Há também a feminização facial onde se arranja o contorno do queixo, aumenta-se as maças do rosto, o nariz mais pequeno, retira-se a maça de Adão", explicou a Joana Martins. Geralmente, antes da intervenção cirúrgica, o que muitas mulheres trans fazem é um tratamento hormonal que limita a presença de testosterona. "Mas estas transformações não são necessárias para ser considerada uma mulher".

No que toca à palavra "travesti", esta tem significados diferentes em Portugal e no Brasil: "Aqui em Portugal a palavra era usada como referência a pessoas que se expressavam com um estereotipo visual oposto ao seu género em contextos performativos como espetáculos mas também em contextos relacionados com o trabalho sexual. Como o trabalho sexual não era bem visto, e infelizmente ainda não é, as pessoas que faziam espetáculos adotaram a palavra transformista e mais recentemente a população mais jovem cunhou o termo dragqueen. No Brasil é diferente, a palavra travesti é única e jamais possível de ser traduzida, é uma identidade de género num espetro mais feminino própria de uma geografia e cultura", elucidou Ary Zara.

A visibilidade

Trans Isaac considera que, para alguém que tenha ouvido falar de pessoas trans apenas em notícias, ver estes termos diferentes é confuso. "Especialmente porque os próprios media também não utilizam na sua maioria, uma linguagem correta. Isto ajuda a espalhar a desinformação", defende, explicando que a sexualidade "é o conjunto de expressão de género, sexo biológico, identidade de género e orientação sexual". "São todas as coisas que nos permite saber quem somos e por quem nos sentimos atraídos", acrescenta. Já Ary Zara enfatiza a possibilidade da procura por informação: "Quem procura, encontra. Com isto quero dizer que a dificuldade aparece devido à pouca procura de informação. Contudo não posso ignorar a invisibilidade de identidades trans em contextos mainstream, se apenas formos notícias de assassinatos ou lágrimas em programas da tarde dificilmente irão compreender a vasta realidade deste universo".

Aishan Noir coloca cada conceito "numa perspetiva individual do ser". Em qualquer uma delas, uma pessoa quer manifestar-se. Para além do facto de ser uma mulher trans, a ativista considera que o facto de ser brasileira e ter a pele escura lhe tem dificultado a vida. "Acho que o sistema aqui é todo fechado para que tu sejas prejudicada a nível máximo. Eu, como uma mulher trans, brasileira, logo a começar pelo meu nome social – Aishan – as pessoas não respeitam. Até pela condição financeira. Se eu frequento locais como tive oportunidade de frequentar em Faro (mais prestigiados), aí fui muito bem recebida e bem tratada. Estava com condição financeira para arcar com aquele local, então as pessoas não me questionavam. Agora, se eu estiver num local como um supermercado da vida, eu vou ser maltratada. As pessoas deduzem logo que tu vieste em determinado lugar", acredita, frisando que a receção das pessoas em Portugal a uma mulher trans negra "não é boa": "Eu acho que as pessoas nos querem ver noutros locais, não em lugares de prestígio e diversão".

Uma noite de terror

Neste caso, foi em pleno Bairro Alto que Aishan e o seu namorado foram espancados, por um alegado motim. "Fomos sair, queríamos tomar uma caipirinha. Estamos a morar no bairro alto e a começar a descobrir o movimento. Íamos entrar num bar, estávamos à porta a conversar e eu fui interrogada pela

segurança sobre o que estava ali a fazer… Disse-me que eu não podia entrar e ameaçou-me logo de que me ia bater". Depois de ficar insatisfeita com a receção do porteiro, a ativista fez uma reclamação a explicar a ameaça por parte do funcionário e, na saída, o porteiro fez efetivamente o que tinha "prometido". "Agrediu o meu namorado e eu empurrei-o, questionei o porquê de estar a fazer aquilo. Depressa se gerou um motim em que várias pessoas nos bateram. A rua estava cheia… As pessoas foram muito cobardes, assistiram de camarote à cena. Eles deram-nos tantos socos e tantos pontapés, era tanto ódio", lembrou. Uns minutos depois, no meio daquela confusão, Aishan acredita que teve a ajuda de um anjo que a puxou. "Consegui levantar-me, fui à porta do bar falar com o responsável, e disseram-nos que não íamos entrar mais naquele sítio, como se eu tivesse roubado alguém, ou feito algo de muito errado ali. Depois disso fui ao encontro da Polícia, que rejeitou fazer o nosso registo, alegando que deveríamos estar ilegais no país e coisas do tipo". Sem ajuda por parte das autoridades, o casal deslocou-se à Associação de Apoio à Vítima (APAV) que se encontra, neste momento, a auxiliar com o processo de queixa. "Fizemos uma denúncia na APAV para que fosse enviada diretamente para o Ministério Público e agora estamos a aguardar a investigação".

O Dia de Memória Trans
Dois dias depois do sucedido, deu-se o Dia da Memória Trans, que, segundo Ary, pretende "trazer visibilidade e consciência para o número de pessoas trans e de género não normativo que foram mortas vítimas de transfobia".

Um estudo feito pela Transgender Europe (TGEU), uma rede de diferentes organizações que trabalham para combater a discriminação contra pessoas trans e apoiar os direitos das pessoas trans, mostra que, de outubro de 2020 a outubro de 2021, 375 pessoas trans foram assassinadas. 96% eram mulheres trans ou pessoas trans num espetro feminino. A média de idades é 30 anos e a pessoa mais nova assassinada tinha 13 anos. 36% foram mortas na rua e 24% nas suas próprias residências – 43% eram migrantes. "Neste dia, o que fazemos é a divulgação destes estudos, a prestação de homenagem a todas as pessoas que foram mortas e celebração das que continuam vivas", explicou Ary. "Com este estudo não há como negar e é importante saber que ficam fora destes números os suicídios que são em grande parte das vezes reflexo de agressões sociais e de falta de apoio no sistema de saúde e na criação de políticas públicas que visem a integração e proteção de pessoas trans na sociedade".

As leis e a falta delas
Para Isaac, há a ideia que "já está tudo bem", que já ninguém é expulso de casa ou que vive em circunstâncias de abuso por parte da família por ser LGBT. Contudo, defende, "essa ideia não podia estar mais longe da verdade". "Semanalmente, recebo/recebemos tanto no meu instagram pessoal como no TGUYS pedidos de ajuda no sentido de lidar com familiares, ou sair de casa" – Isaac e Ary possuem um projeto digital conjunto apelidado TGUYS que tem como objetivo incentivar o repensar padrões, preconceitos e ideias sobre género e identidade.

Isaac teve o "prazer" de fazer parte da lei que, em 2018, permitiu às pessoas transexuais mudarem de sexo e de nome no registo civil e, tempos depois, participou também na publicada lei da autodeterminação, que permite a pessoas a partir dos 16 anos escolherem o sexo, embora, se forem menores, com a necessidade de consentimento dos representantes legais. "A mudança significativa que esta lei oferece é a nossa identidade não estar nas mãos de um psicólogo ou médico.

Se ninguém que é cis (se identifica com o género atribuído à nascença) tem de provar o seu género, por que é que nós temos?", interroga. "Somos nós que vivemos a nossa identidade, logo, só nós poderemos dizer quem somos. Não há metodologias para avaliar a identidade de alguém. Esse foi o grande diferencial em relação à lei de 2011 que submete as pessoas a uma avaliação médica para lhes dizer quem são", acrescentou Daniela Bento.

Antes de 2011, as pessoas precisavam de ir a tribunal e despir-se em frente a um juiz para provar que eram realmente homens ou mulheres. "Isto para além de abusivo, era redutor e implicava que algumas pessoas nunca conseguissem trocar o BI por não quererem cirurgia genital ou por não terem a capacidade de a fazer", elucida Isaac. A partir de 2011, começou a ser necessário duas avaliações médicas independentes feitas por equipas profissionais que constassem na lista de médicos que a Ordem dos Médicos criou. A Ordem dos Psicólogos não quis participar nesta lista, ainda assim foram lá colocados psicólogos. "A alteração do BI estava pendente dessas duas avaliações que poderiam levar meses ou anos devido ao tempo de espera. Durante esse tempo, era esperado que as pessoas já tivessem feito o seu 'coming out', inclusive no seu trabalho. No entanto, sem BI, sem credibilidade e prova legal necessária da sua identidade. A pessoa tinha de estar um ou dois meses em hormonas e só depois era passado o papel para a alteração do marcador de género e do nome", lembrou.

Com a lei de 2018, as pessoas podem dirigir-se ao cartório, "sendo donas da sua identidade e ter o seu cartão de cidadão de acordo". "Contrariamente ao que os media publicitaram fortemente, esta lei apenas permite isto. Tudo o que tenha a ver com alterações físicas, seja por hormonas ou cirurgias, continua a ser a partir dos 18 anos e com os médicos competentes para o assunto", explicou Isaac, sublinhando que isso apesar de poder parecer "algo pequeno", fez a diferença na vida de centenas de pessoas.

Porém, alerta Daniela, “nem tudo ficou fechado nesta lei”: “Continua a faltar o reconhecimento legal da identidade de pessoas menores, migrantes e de pessoas não binárias. Há ainda uma lacuna muito grande no que toca à criação de políticas públicas que visem melhorar a vida destas pessoa, guias de boas práticas, fiscalização da lei, critérios menos aleatórios no sistema de saúde, mas que respeitem a autonomia de cada pessoa. Uma boa prática de inclusão de pessoas trans nos mais variados espaços. Uma cultura de aprendizagem para a diversidade sexual e identitária. Tudo isto ainda nos falta fazer”.

Isaac acrescenta que também é urgente trabalhar a saúde trans. “Nós vamos ao médico por mais razões que a nossa transição. Precisamos de nos sentir seguros e integrados nos hospitais, uma coisa que não acontece. Pessoas colocadas nas enfermarias erradas, mesmo com os seus documentos legais atualizados. Homens com vagina a quem é rejeitada uma consulta de ginecologia, ou uma consulta para congelamento de óvulos. Ou mesmo em situações básicas como ir fazer um raio x ou tac podem ser constrangedoras, pela questão da nudez”, conta. Além disso, segundo Ary, “as pessoas trans que não têm uma passibilidade cis encontram muitas dificuldades no acesso ao emprego e habitação”. “As pessoas trans que acabam por ter que sair de casa antes de terminar a sua educação têm dificuldade em voltar a estudar ou entrar no mercado de trabalho e se a isto acrescentarmos camadas como ser uma pessoa trans não branca acresce o racismo, no caso da pessoa ser migrante vemos ainda como acréscimo a xenofobia e mais uma dificuldade no acesso à saúde e ainda incluir na discussão pessoas trans com diversidade funcional que já são discriminadas e privadas de muitos destes direitos”.

“As leis não bastam, é preciso mais do que redigir, é preciso realmente implementar, formar e educar e isto não pode depender de associações, coletivos ou da boa vontade de ativistas no singular”, defendeu.

Por sua vez, Maria João Vaz alerta também para o preconceito existente no mundo profissional, tendo recentemente publicado um texto na sua conta de Instagram alertando precisamente para essa lacuna. “Sendo uma mulher trans, conseguir um trabalho consistente e não uma participação fugaz, em teatro, cinema, televisão ou dobragens, ou conseguir agenciamento por parte de agentes ou agências, é um esforço infrutífero”, começou por escrever, revelando optar por “empregos precários” que “humilham” a sua formação e a “cerceiam e bloqueiam na criatividade”. “Temos de nos confrontar com a verdade de que a visibilidade não é suficiente e que muitas vezes a diversidade não passa de uma pseudo autenticidade, e muitas vezes a inclusão é apenas um convite onde somos testemunhas dos meandros da nossa própria opressão”, continuou, enfatizando a ajuda de que as criadoras e criadores trans precisam. “A minha arte e o meu trabalho é a maneira de vos libertar do fardo de terem de contar as nossas histórias por nós. Nós queremos ser “@s” responsáveis pelas nossas histórias, que nos brotam do coração para alimentar o vosso. Deixem-nos vos dar essa dádiva”, rematou.

Ao programa #SÓQNÃO, a atriz apontou ainda o preconceito existente contra pessoas trans em relações amorosas: “Não é mal nenhum apaixonarmo-nos por pessoas trans. Eu acho que as pessoas realmente se envolvem mas em determinado momento recuam porque não conseguem lidar com isso. É um problema coletivo, de dinâmica. O problema é o que os outros sentem, dizem ou pensam. Se estivéssemos numa ilha deserta, sem ninguém a ver, já não havia problema… O que o outro diz é absolutamente secundário! O principal é que se seja feliz! Que nos deixem ser felizes”.

NOVA GENTE

LUÍS GASPAR

"ESCREVI UMA CARTA AOS MEUS PAIS". ATOR REVELA PRESENTE MAIS ESPECIAL QUE OFERECEU

Sáb, 25/12/2021 - 15:35

Luís Gaspar, que faz 48 anos a 31 de dezembro, fala sobre o Natal e sobre a Passagem de Ano e conta à NOVA GENTE que memórias tem dos natais

LUÍS GASPAR ESCREVEU UMA CARTA AOS PAIS COMO PRESENTE DE NATAL

Luís Gaspar faz 48 anos a 31 de dezembro e confessa que a idade já lhe começa a 'pesar'. O ator, que os telespectadores viram recentemente na novela "Bem me Quer", da TVI, na pele de Barnabé, conta à **NOVA GENTE** como vai passar o Natal e revela ainda o presente que ofereceu e que mais o marcou: uma carta aos pais.

No telefilme de Natal que a TVI vai emitir, dá vida a um homem que não gosta nada desta época. Como é na vida real?
Eu gosto muito, mas gosto pela parte da reunião familiar. O Natal está transformado numa coisa muito consumista, que se resume à troca de prendas, às idas desenfreadas ao shopping, e acho que é pena. Não devia ser esse o espírito.

Tem uma família grande?
Não, somos poucos. Tenho uma irmã e passamos com os nossos pais. Não há crianças, por isso acaba por ser mais um jantar de família.

Mas trocam presentes?
Sim, sim, trocamos. Mas esse não é o foco principal da noite de Natal.

Que memórias tem dos natais da sua infância?
Agora, a maior parte das famílias troca presentes na noite, mas, quando eu era criança, íamos para a cama cedo e era só no dia seguinte, de manhã. Como não tínhamos lareira e tínhamos a chaminé do fogão, era aí que estavam os presentes, porque nós acreditávamos no Pai Natal. E a primeira coisa que fazíamos ao acordar, era ir a correr para a cozinha.

Lembra-se de algum presente que o tenha marcado?
Em criança, os brinquedos, claro. Agora, já em adulto, lembro-me de receber uma viagem, que me soube muito bem.

E dos que ofereceu?
Houve um ano em que escrevi uma carta aos meus pais. Nem sempre verbalizamos aquilo que sentimos, nem sempre dizemos que amamos, e nessa carta disse-lhes exatamente o que sentia por eles. Disse tudo, não ficou nada por dizer. Ficaram muito comovidos e a chorar.

Luís Gaspar não sente falta de ser protagonista

Terminou recentemente a emissão da novela "Bem me Quer". Que balanço faz deste projeto?
Diverti-me muito. Eu fazia parte do núcleo cómico e há muito tempo que não fazia uma personagem assim. O Barnabé era um homem de aldeia, com esse registo cómico, e tinha algum espaço para improvisar. Ele era pastor, tinha ovelhas, e essa é uma realidade com a qual eu nunca tinha contactado.

É mais citadino, mais urbano.
Sim, sou. Aliás, a verdade é que eu já tinha tido algum contacto com o campo, sim, porque a minha mãe é da Golegã, mas nunca tinha ordenhado uma ovelha, por exemplo [risos]. E tive de aprender.

Esses pormenores são fundamentais para dar mais veracidade às personagens…
Sim, claro. Eu acho que nós vamos sempre buscar algo em nós para as personagens. Ou seja, o que é que eu tenho em mim desta personagem? Quando não temos, imaginamos como é que seria. Às vezes acontece. Ainda recentemente, também passou outra novela que fiz, As Mulheres, que retratava a violência doméstica. Eu batia na minha mulher, que era a Jessica Athayde. Todos nós temos aqui umas zonas, na nossa personalidade, mais sombrias, mas não as manifestamos, porque depois temos valores. E isso é interessante, essa zona cinzenta. E há outra coisa também… Quando eu componho uma personagem, gosto de imaginar quais são as suas fragilidades, em vez de pensar só no lado forte.

Na novela "Bem me Quer", tinha um registo mais cómico, enquanto que n'"As Mulheres" era uma personagem mais pesada, mais denso. Qual o registo que mais gosta de fazer?
A personagem d'As Mulheres deu-me muito gozo interpretar, porque era uma personagem muito forte, muito densa. E foi muito interessante ir procurar o lado frágil daquele homem. Porque é que ele era assim? Toda a gente é o que é por algum motivo. Eu lembro-me que, na altura em que gravei, fomos à APAV [Associação Portuguesa de Apoio à Vítima] e falamos com eles para perceber o perfil destes agressores e quase todos eles, em criança, tinham sofrido ou presenciado violência doméstica. E o que fazem em adulto é reproduzir o modelo que vivenciaram na infância. Claro que há pessoas que tem armas para combater isso, mas há outras mais frágeis.

Na nossa vida acabamos por conhecer pessoas assim, com essa zona cinzenta muito marcada, e nem nos apercebemos.
É verdade, nem sequer imaginamos! Sejam agressores, pedófilos, assassino… e, aparentemente, são pessoas normalíssimas. É o que acontece também com a depressão, por exemplo. As pessoas deprimidas não parecem deprimidas.

Temos o exemplo recente do Pedro Lima.
Sim, essa grande tragédia. O Pedro era uma pessoa sempre bem disposta. Eu conhecia-o há uns 20 anos, desde as primeiras novelas que fiz. Gostava e gosto muito dele. Tinha imensa admiração por ele e fiquei em choque quando soube dessa notícia. Faz-me muita falta. Ele era único. Era um ser humano único, não há ninguém que se assemelhe.

Já fez variadíssimas personagens, mas nunca foi protagonista. Não sente falta disso?
Não. Acho que os protagonistas não são, necessariamente, as personagens mais interessantes. O que eu gosto de fazer são personagens interessantes, densas, sejam elas cómicas ou dramáticas. Mas não, não sinto falta de ser um protagonista.

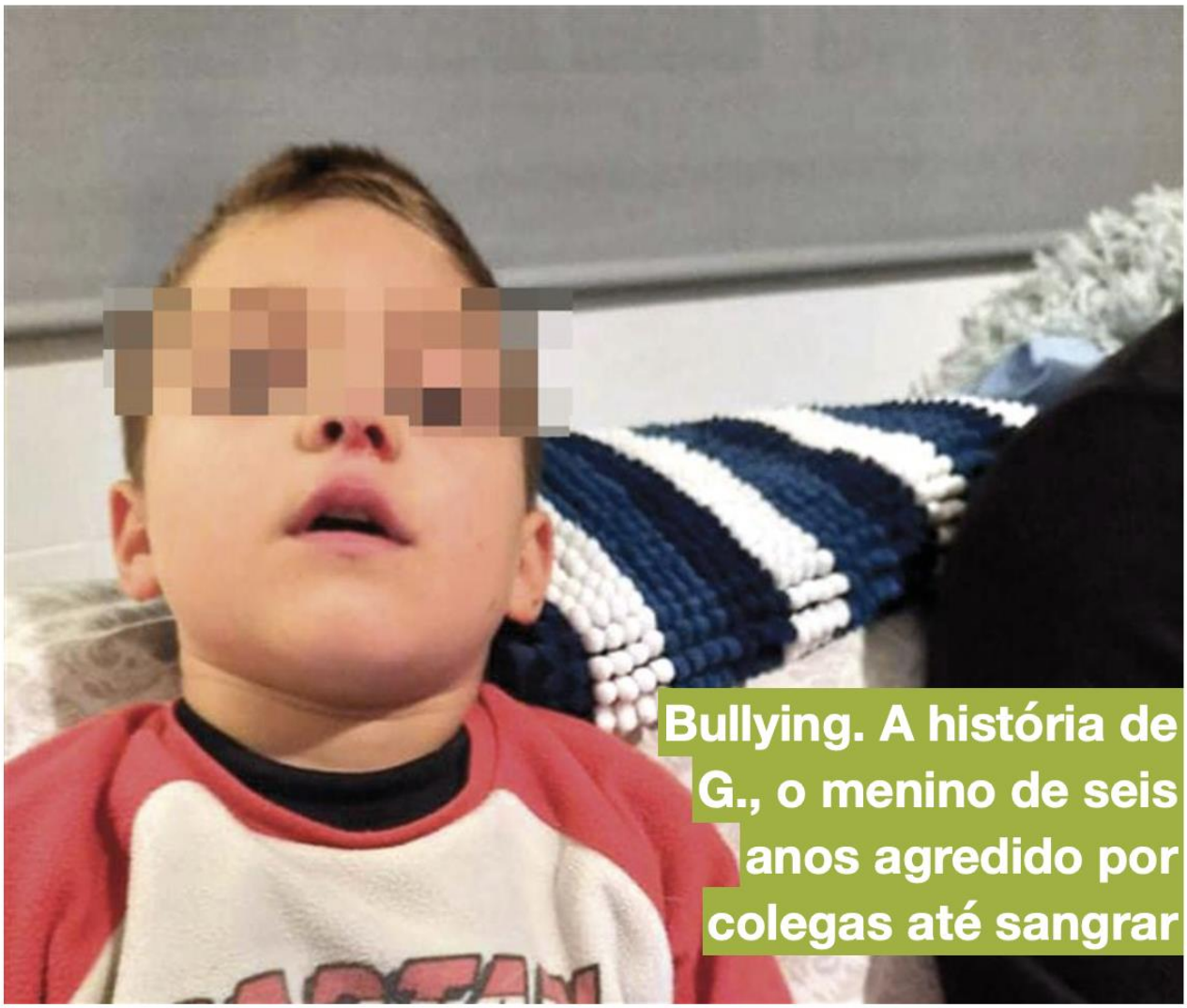
Os planos de Luís Gaspar para a Passagem de Ano

Tem algum projeto para breve?
Estou a fazer este telefilme e a seguir há algumas coisas, mas ainda com alguns pontos de interrogação, por isso não posso falar.

Já tem planos para a Passagem de Ano?
Eu faço anos a 31 de dezembro, por isso caso sempre o aniversário com a Passagem de Ano. Nos últimos tempos, tenho feito mais reuniões em casa, com amigos, mas ainda não sei como vai ser este ano.

Faz 48 anos. A idade é uma preocupação?
Não tem a ver com vaidade, mas confesso que neste últimos dois anos, começa a bater aquela coisa dos 50 [risos]. Não me sinto com 50! De repente, começa toda a gente a ser mais nova do que eu. Acho que comecei a pensar que se calhar já não vou viver tanto como já vivi. Mas, enfim… Espero é ter saúde, que isso é mesmo o mais importante.

Jornal i



Bullying. A história de G., o menino de seis anos agredido por colegas até sangrar

MARIA MOREIRA RATO
08/12/2021 12:39

© DR

A frequentar o 1.º ano, G. foi agredido pelos colegas até os genitais sangrarem. Os pais já lhe compraram um smartwatch com um botão de SOS.

Há dois anos, Inês Quintela mudou-se com o companheiro e o filho para Torres Novas, cidade no distrito de Santarém. Depois de o menino ter passado pelo ensino pré-escolar privado, em Lisboa, iniciou a nova etapa, no Centro Escolar de Olaia e Paço, no Agrupamento de Escolas Gil Paes, de forma conturbada. “Como surgiu a pandemia, esteve mais connosco em casa do que na escola. Este ano, passou para o 1.º ano e começou o nosso problema”, começa por explicar ao i a mãe. A criança acabou por ser brutalmente agredida por colegas mais velhos, no recreio.

“O G. não é um miúdo fácil. É filho único, é muito mais mimado e acredito que não seja um santinho e faça disparates na escola. A questão é que ele vem todo marcado para casa. Numa semana, vai duas ou três vezes à escola, chora e grita durante a noite com muito medo”, revela a progenitora, acrescentando que o menino já se tinha queixado de que levava pontapés ou bolas de futebol lhe atingiam a cara. Face às marcas e ferimentos, levou-o ao hospital.

“Ele disse que foi só uma bola, mas, mais tarde, admitiu que lhe tinham atirado a bola de propósito à cara. Também tem o pescoço marcado com apertos. Antes desta última agressão, há mais de um mês, fui à escola. Disse à auxiliar que precisava de falar com a professora dele fosse a que hora fosse. Ela foi chamá-la e mandou-me logo entrar. E veio também com um dos meninos que o agrediu. Eu não falei mal ao menino, mas disse-lhe que não queremos que o G. vá para o hospital e expliquei-lhe que era melhor termos cuidado”, refere a mulher que, por motivos de saúde, não pode ter mais filhos e fez questão de frisar isso em conversa com o colega do filho. “Até lhe dei mais cinco e ele concordou comigo”.

Se a conversa com o agressor parecia ter corrido bem, já a resposta da professora não foi satisfatória. “A professora disse que não podiam fazer nada. Entretanto, há três semanas, comecei com febre e a vomitar e com tosse. Fiquei em casa, mas o meu marido trabalhou e o G. foi à escola. O teste à covid-19 veio negativo. Num dos dias, o G. foi agredido e ficou em casa dos meus pais”. Porém, entre as 16h e as 19h, o avô da criança informou a mãe de que o menino se queixava muito de dores nos genitais.

“Fui buscá-lo e despi-o para lhe dar banho. Quando olhei para os boxers, estavam com sangue. E perguntei-lhe o que tinha acontecido. Quando ele puxou a pele do pénis para trás, estava tudo em ferida. Agarrei nele, enfiei-o no carro e fomos imediatamente para o hospital”, conta, ainda com a voz trémula, acrescentando que a pediatra prescreveu medicação e disse que, por ela, avançava com uma queixa. “Comecei a chorar e a pedir-lhe para não fazer isso. E prometi que ia falar com a escola”.

A encarregada de educação cumpriu a promessa. O i teve acesso ao e-mail que endereçou à professora responsável pela turma em que a vítima está integrada bem como às imagens que anexou ao mesmo. “Boa noite. Queria reportar que o G. na quinta-feira, dia 18 de novembro, foi agredido na escola e teve de ir à urgência hospitalar pois tinha o pénis em sangue e muitas dores. Hoje, sexta-feira, está negro”, lê-se. A mãe adiantou que está ciente de “que o G. é um menino que gosta de brincar e por vezes também magoa os colegas”, no entanto, “ultimamente tem sofrido bastantes agressões que deixam marcas no corpo”, realçando que “esta situação está a mexer com o psicológico dele”.

“O hospital fez uma queixa e eu própria como mãe vi a situação complicar uma vez que a equipa médica estava bastante revoltada e com várias insinuações. Penso que todos queremos o melhor para os alunos, portanto, peço a vossa colaboração e que me ajudem a contornar esta situação”, redigiu, em desespero, não sabendo o que fazer para evitar que três meninos com idades compreendidas entre os 10 e os 12 anos parem de agredir o seu filho.

“Nunca lhes fez nada como aquilo que eles lhe fizeram!”
“Na semana passada, o G. não foi à escola na sexta e, no sábado, a professora dele ligou-me. Ela mostrou as fotos que lhe enviei ao marido e disse que ele explicou que no tempo dele também acontecia. E eu respondi: ‘Pois, mas não ficávamos assim’. Na segunda, marquei uma reunião com o agrupamento de escolas de Torres Novas. Passaram-me à diretora e ela respondeu ‘Não sei de nada, a escola é tão pacífica, a coordenadora não nos fez chegar nenhuma informação. Vou falar com ela e depois digo-lhe alguma coisa’.

Todavia, volvidos 17 dias, mesmo tendo enviado o texto anteriormente mencionado com as fotografias do pénis de G. em anexo, Inês ainda não foi contactada e está extremamente preocupada porque o mesmo já voltou a chegar a casa “com marcas na cara, nos braços, nas pernas e levou pontapés”.

“O G. gosta muito da escola e eu no domingo disse-lhe que tinha de ir lá esta segunda-feira. Foi bem, mas estavam as crianças em causa e os pais delas à porta e ele ficou mais receoso. Quando ele entra sem ninguém, fico descansada. Quando não é o caso, fico reticente”, afirma, salientando que fez um investimento considerável num smartwatch que, entre outras funcionalidades, conta com a definição de perímetros de segurança para que se receba notificações se a criança sair dessa área e também um botão SOS que emite um alerta para os pais.

“Ficamos mais descansados assim. Ele não sabe ler nem escrever como deve ser, mas digo-lhe para me mandar um emoji com um smile se estiver bem e um a chorar se estiver mal. Temos quase um código para comunicarmos com ele. É impensável dar-lhe um telemóvel porque estaria a distraí-lo. Então, depois de muitas pesquisas, tomámos esta decisão”, observa, indicando que, na tarde desta terça-feira, G. informou-a de que uma auxiliar de ação educativa aconselhou-o a deixar o relógio em casa porque supostamente pode parti-lo ou ser roubado. E, consequentemente, a professora terá dito ao rapaz “que o melhor era ficar em casa”. Mas Inês assevera que o filho vai continuar protegido pelo equipamento inteligente.

Na semana passada, o pequeno G. não assistiu às aulas porque um estudante testou positivo para o novo coronavírus. “Acabamos por ensiná-lo melhor em casa: eu, o meu marido, os avós e a minha irmã, porque não existe um clima de medo”, declara a encarregada de educação, constatando que a própria docente de G. já lhes concedeu materiais de trabalho e concordou que a melhor opção a seguir, por enquanto, é o ensino à distância.

“Ele é muito protetor das meninas, mas é claro que brinca mais e tem arrufos com os rapazes. Só que nunca lhes faz nada como aquilo que eles lhe fizeram! Fui à GNR para fazer a formalização da queixa porque a Escola Segura está atribuída a esta força de segurança e não à PSP, e o agente que me recebeu foi espectacular”. Contudo, o i entrou em contacto com a GNR e o Agrupamento de Escolas Gil Paes, solicitando esclarecimentos, e, até à hora de fecho desta edição, somente obteve uma resposta por parte da força de segurança, que deixou claro que “não se pronuncia sobre casos em concreto para proteger a confidencialidade dos intervenientes”.

“Esta é mais uma tragédia que vamos tentar evitar. Quando crianças de seis anos são agredidas por outras com tamanha severidade já ultrapassámos todos os limites e alguma coisa tem de ser feita urgentemente”,

esclarece a ativista dos direitos humanos Francisca de Magalhães Barros, que recebeu a denúncia via mensagem privada no Instagram, adicionando que “a desresponsabilização das escolas, por um lado, e a falta de sensibilidade, por outro, fazem com que estes casos venham não só a repetir-se como a começar cada vez mais cedo”.

“Este caso chocou-me particularmente pelo testemunho da mãe que evidencia qualquer despreocupação por parte da comunidade escolar. E também porque é permitido que após isto ter sido feito ao seu filho, ainda tenha sido insultada no recinto escolar pelos pais dos dois dos três meninos”, argumenta, constatando que “é demasiado grave que as chamadas sobreviventes destes processos sejam sempre as prejudicadas”, na medida em que “existem uma mãe e uma criança que precisam de ajuda” e em vez disso “tapa-se o sol com a peneira e ainda se é injuriado pelos pais dos ditos agressores”.

“Se não forem as escolas a tratarem desta questão com os pais e os respectivos funcionários, para estarem atentos e ser uma questão a sublinhar, quem é que o fará?”, questiona. “Os pais que vão trabalhar todo o dia para sustentarem os seus filhos pensam que os deixam seguros nas escolas, creches e universidades”, recorda a jovem, que encara o bullying como um dos maiores flagelos da atualidade.

E os casos de Luís Santiago e “Ana”?
No site oficial da Associação de Apoio à Vítima (APAV) é possível ler que “o bullying constitui um conjunto de comportamentos de agressão entre pares que: assume um padrão continuado, ocorrendo de forma repetida ao longo do tempo; pressupõe a existência de um desequilíbrio de poder entre vítima e agressor/a, o que coloca a vítima numa situação de maior fragilidade e vulnerabilidade e tem como objetivo causar mal-estar e sofrimento, humilhar e controlar a vítima”.

No Dia Mundial de Combate ao Bullying, celebrado a 20 de outubro, a GNR emitiu um comunicado através do qual evidenciou que, desde o dia 1 de janeiro, “no âmbito das suas competências em matéria de prevenção criminal, a Guarda tem desenvolvido uma série de ações de sensibilização relacionadas com o bullying, num total de 1008 no ano de 2021, para mais de 34113 mil crianças e jovens, dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos, num total de 422 estabelecimentos de ensino público e privado”. Entre o início do ano e o dia anteriormente referido, a força de segurança havia registado 64 crimes associados ao bullying.

Exatamente no mesmo dia, a PSP veiculou um texto semelhante, avançando que tem vindo a registar “uma tendência decrescente no número total como na gravidade das ocorrências criminais e não criminais reportadas em ambiente escolar” desde o ano letivo 2013/2014. “Essa tendência de decréscimo é mais acentuada nas participações por agressões físicas, com reflexo no acréscimo das injúrias e ameaças. Estas tendências, na ótica da PSP, parecem revelar que as vítimas e a comunidade reagem de forma mais precoce a este fenómeno, havendo menos situações que chegam ao ponto da agressão física sem conhecimento e intervenção das instituições”, continuava o comunicado, para concluir que cada vez menos este tipo de violência ocorre de forma dissimulada e/ou é desvalorizada.

Todavia, não é este o panorama ilustrado pelo caso de G. e nem tampouco pelos de Luís Santiago e “Ana”. O primeiro foi denunciado pelo Nascer do SOL no dia 11 de novembro. “A história está a mexer com muita gente, mas começou por ser um mero desabafo meu. E, como tive de ficar com ele no internamento, fui contando as coisas tal como foram acontecendo”, começou por explicar Marta Veloso, de 44 anos, que viu o filho de 12 anos chegar a casa, vindo do Agrupamento de Escolas Madeira Torres, em Torres Vedras, visivelmente perturbado e ferido.

Naquele momento, apesar de estar estável, Luís não podia ir à casa de banho nem levantar-se da cama “porque o ar pode explicar-se para o resto do corpo”. A mãe referia-se a um enfisema subcutâneo, uma acumulação de gases ou ar nos tecidos subcutâneos, produzindo protuberâncias, como nódulos móveis que geram sons crepitantes. “Tenho várias pessoas a dizer ‘Muda-o de escola’, mas nós moramos ao pé da mesma. É como na violência doméstica: porque é que as mulheres é que saem de casa?”, perguntou. O menino já teve alta do Hospital de Santa Maria mas, nas redes sociais, Marta continua a ser uma voz ativa no combate ao bullying.

Volvidos apenas três dias da divulgação do caso do menino, um semelhante surgiu na Escola Básica e Secundária de Gama Barros, no Cacém. Ana (nome fictício), a filha de 10 anos de Joana Rodrigues, frequenta o 5.º ano de escolaridade, tem consultas de Neuropsiquiatria e Psicologia e tenta lutar contra as dificuldades de aprendizagem. No entanto, a menina sofre de Perturbação de Hiperatividade e Défice de Atenção (PHDA) “e, infelizmente, tem uma péssima autoestima, muita dificuldade em ser socialmente aceite no sentido em que faz tudo para agradar aos outros”, sendo “muito boazinha, um amor de miúda, só que, lá está, gozam com ela, dizem que é burra porque não acerta nas coisas, etc.”

A criança contou que esteve com a mão muito tempo na cara e ficou com o rosto marcado. Como Joana não acreditou na sua justificação, contactou a diretora de turma que depressa concordou que “a miúda é incapaz de estar sentada tanto tempo para ficar tão marcada”. O problema é que Ana teve mais duas aulas depois de a professora a ter visto alegadamente sem nenhuma marca no rosto.

“Depois de insistir muito, disse-me que tinha sido um colega. Desentenderam-se, ele empurrou-a e ela deu-lhe um estalo na cara. E há uma menina que testemunhou tudo, mas a minha filha não sabe o nome dela”, confessou, condenando a docente por não ter ido à procura desta aluna nem ter feito perguntas às professoras das disciplinas - Educação Musical e Inglês - que Ana teve naquele dia.

“Se as professoras viram que ela tinha a cara assim e não fizeram nada, isso para mim foi negligência. O miúdo que a agrediu é da turma dela. A diretora de turma falou com ele e negou: ‘Não fui eu, não lhe fiz nada’. Tem de se fazer alguma coisa, até porque a professora diz que falou com a Ana e ela desculpou o colega porque o empurrou para se defender. Mas isto é típico da minha filha”, concluiu.

+Algarve
O ALGARVE NUM CLIQUE

APAV | Este Natal, ajude a APAV - Compre um livro

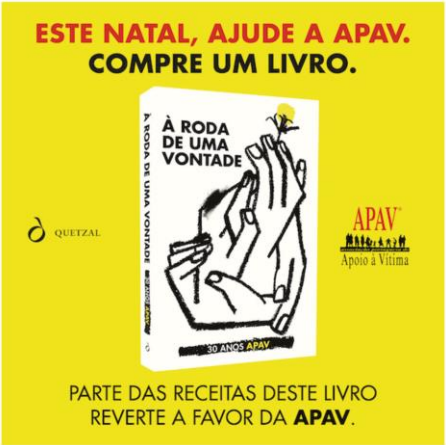
02 DEZEMBRO 2021

NACIONAIS

Violência doméstica, cibercrime, assédio, crimes de ódio. A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima reuniu em livro 15 contos e 15 ilustrações originais que têm como ponto de partida crimes que frequentemente chegam pela voz das vítimas apoiadas. O livro À Roda de uma Vontade, edição Quetzal, está disponível online e nas livrarias.

Com contos e ilustrações de:
Julieta Monginho | Nádia Neves
Isabel Ventura | Tiago de Albuquerque
Mariana Alvim | Alex Gozblau
Carlos Pinto de Abreu | Xavier Almeida
Manuel António Ferreira Antunes | Mantraste
Edson Athayde | Cinara Saiónára
Raquel Ribeiro | Drika Prates
Luís Filipe Borges | Anabela Canas
Diogo Batáguas | André Letria
Lúcia Lourenço Gonçalves | Júlio Dolbeth
Nuno Amaral Jorge | Ana Beatriz Marques
Ana Paula Figueira | Tiago Dinis
Aline Frazão | Ana Biscaia
Filipa Leal | Clara Não
Inês Amado da Silva | Susa Monteiro

Parte das receitas deste livro reverte a favor da APAV.



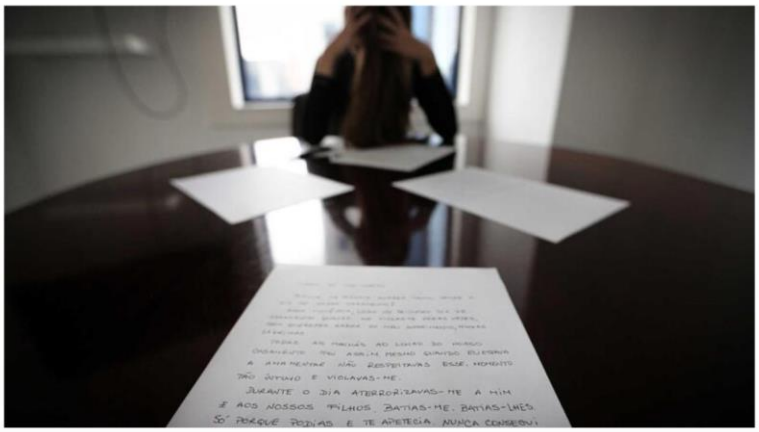
TSF RÁDIO NOTÍCIAS

Violência doméstica volta a ser o crime mais reportado à polícia

A violência doméstica foi novamente, em 2020, o crime mais reportado às forças de segurança, mas 80% dos processos acabou arquivado por falta de prova. A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima afirma que as autoridades têm de agir com mais eficácia.

Por Rute Fonseca e Catarina Maldonado Vasconcelos
24 Dezembro, 2021 • 13:10

PARTILHAR
Facebook
Twitter
WhatsApp
E-mail
Comentar



Setenta e cinco queixas por dia, três a cada hora. Em 2020, o crime de violência doméstica voltou a ser o mais reportado junto da PSP e da GNR, de acordo com os dados divulgados esta sexta-feira pelo Ministério da Administração Interna.

Em 2020, a PSP e GNR receberam, em média, 2300 participações de violência doméstica por mês, revela o relatório anual de monitorização, publicado pela secretaria-geral do Ministério da Administração Interna. No ano passado, e à semelhança de anos anteriores, a violência doméstica foi o crime mais reportado a nível nacional e o segundo mais registado. O estatuto de vítima foi atribuído em 87% dos casos, mas perto de 10% das vítimas prescindiram deste direito.

Frederico Moyano Marques, da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), considera que estes números suscitam preocupação. "O facto de ser o crime contra as pessoas mais participado em Portugal e o segundo crime em termos gerais mais participado em Portugal, a seguir ao furto é algo que nos deve preocupar e que nos tem preocupado a todos - Estado e sociedade civil -, daí os esforços que têm sido feitos na prevenção e no combate deste fenómeno", refere Frederico Moyano Marques, em declarações à TSF.

Ouça as declarações do responsável da APAV.

00:00 00:00

Estes relatos, apesar de numerosos, constituirão apenas uma parte das ocorrências. "Especulando um pouco mas também baseado na nossa experiência de terreno, diria que poderá ter muito a ver com o receio." Frederico Moyano Marques, da APAV, explica: "Não é pelo facto de uma vítima relatar um crime de violência doméstica que deixa instantaneamente de ser vítima e de estar à mercê do agressor. Apesar de avançar com a denúncia, pode acontecer que essas vítimas continuem a ser inibidas, intimidadas, maltratadas, por parte do agressor, controladas..."

O responsável da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima admite, por isso, que há casos em que, num momento posterior, quem faz queixa acabe por rejeitar o estatuto de vítima.

De acordo com o relatório anual de monitorização da violência doméstica quase 80% dos processo-crime foram arquivados; a grande maioria por falta de prova. Para o dirigente da APAV, este relatório mostra que ainda há muito a fazer e aponta dois exemplos: um tem que ver com a "intervenção do sistema de Justiça como um todo", nas 72 horas que seguem a denúncia.

LEIA TAMBÉM:

Estatuto de vítima atribuído a 87% dos casos de violência doméstica registados em 2020

"Tem havido esforços, quer da parte do Ministério Público, quer da parte das polícias, até através de instrumentos de regulação interna recentemente aprovados, no sentido de promover uma intervenção o mais urgente possível. Nem sempre assim acontece."

O segundo exemplo, assinala Frederico Moyano Marques, tem que ver com a "falta de vontade da vítima em, fazendo uso de um direito que lhe assiste, que é o de recusar depor, prestar declarações". É preciso, defende o responsável, que os processos deixem de se basear apenas nos relatos da vítima e que haja, da parte da Justiça, uma análise exploratória e recolha de provas. "Só com a diversificação na recolha da prova podemos garantir um abaixamento do número de arquivamentos, que é bastante elevado", garante Frederico Moyano Marques.

De acordo com o relatório anual de monitorização da violência doméstica, apesar de este continuar a ser o crime mais reportado, em 2020 registou-se uma ligeira descida (de 6%) no número de participações. A PSP e a GNR detiveram 2073 suspeitos deste tipo de crime.

TSF RÁDIO NOTÍCIAS

COVID-19

Organizações sociais recebem 1,1 milhões de euros da Fundação Gulbenkian

Este apoio destina-se às organizações sociais que prestam apoio a pessoas vulneráveis e que têm grandes dificuldades em dar a resposta necessária aos problemas sociais que a pandemia de Covid-19 intensificou.

Doze organizações afetadas pela pandemia de Covid-19 e que trabalham na área da saúde mental e no apoio a pessoas vulneráveis receberam um apoio excecional de 1,1 milhões de euros atribuído pela Fundação Gulbenkian, foi anunciado esta quarta-feira.

O apoio, divulgou a Fundação Gulbenkian em comunicado, destina-se à recuperação das organizações e incentivar a criação de "respostas mais adequadas à nova realidade social".

A Gulbenkian cita dados disponibilizados pela Universidade Nova, de acordo com os quais as organizações sociais que prestam apoio a pessoas vulneráveis dizem que têm grandes dificuldades em dar a resposta necessária a um conjunto acrescido de problemas sociais que a pandemia de Covid-19 intensificou.

Exemplos dessas dificuldades são a diminuição das prestações mensais, a quebra de donativos e de fundos públicos e privados, o aumento de custos, a necessidade de adaptação da atividade e a perda de colaboradores e voluntários.

De acordo com esses dados, problemas como a saúde mental (segundo 88% das organizações), a pobreza e as pessoas em situação de sem-abrigo (73%), a exclusão e desigualdades (61%) e a violência doméstica (36%) vão agravar-se nos próximos anos.

"A pandemia veio tornar mais vulneráveis aqueles que já eram os mais vulneráveis. A Fundação Calouste Gulbenkian não podia ignorar as dificuldades por que passam as organizações sociais que, todos os dias, estão no terreno a apoiar aqueles que mais sofrem e mais precisam", disse, citada no comunicado, a presidente da Fundação Gulbenkian, Isabel Mota.

No documento precisa que a fundação concedeu apoios a cinco organizações com trabalho na área da saúde mental e a outras sete que apoiam públicos vulneráveis, como idosos, vítimas de violência, pessoas em situação de sem-abrigo, migrantes e refugiados e deficientes, em Portugal e nas comunidades arménias.

A APAV, Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, é uma das contempladas com uma ajuda financeira da Fundação Gulbenkian. Para João Lázaro, presidente da instituição, esta é uma prenda de Natal que honra e reconhece o esforço da APAV.

"Para a APAV é uma honra não só termos sido honrados como uma das entidades beneficiárias, mas também lemos como um reconhecimento do trabalho que a APAV teve na primeira linha, durante todo este tempo de pandemia, na defesa e no apoio a quem é vítima de crime. É claramente um presente no sapatinho de Natal, mas queremos sublinhar a ideia de reconhecer, capacitar e reforçar a essência organizacional de organizações que fizeram um grande esforço nas suas estruturas para poderem estar na primeira linha", explicou à TSF João Lázaro.

Ouça as declarações do presidente da APAV à TSF

00:00 00:00

A Fundação garante, no documento, que em 2022 vai continuar a dar prioridade às organizações sociais "que desempenham um papel determinante na mitigação dos efeitos da pandemia na sociedade".

Organizações como Alzheimer Portugal, Comunidade Vida e Paz, Serviço Jesuíta aos Refugiados, SOSE Women's Issues (Arménia), Espaço T ou Manifestamente são algumas das que receberam apoio.

Público

CIBERCRIME

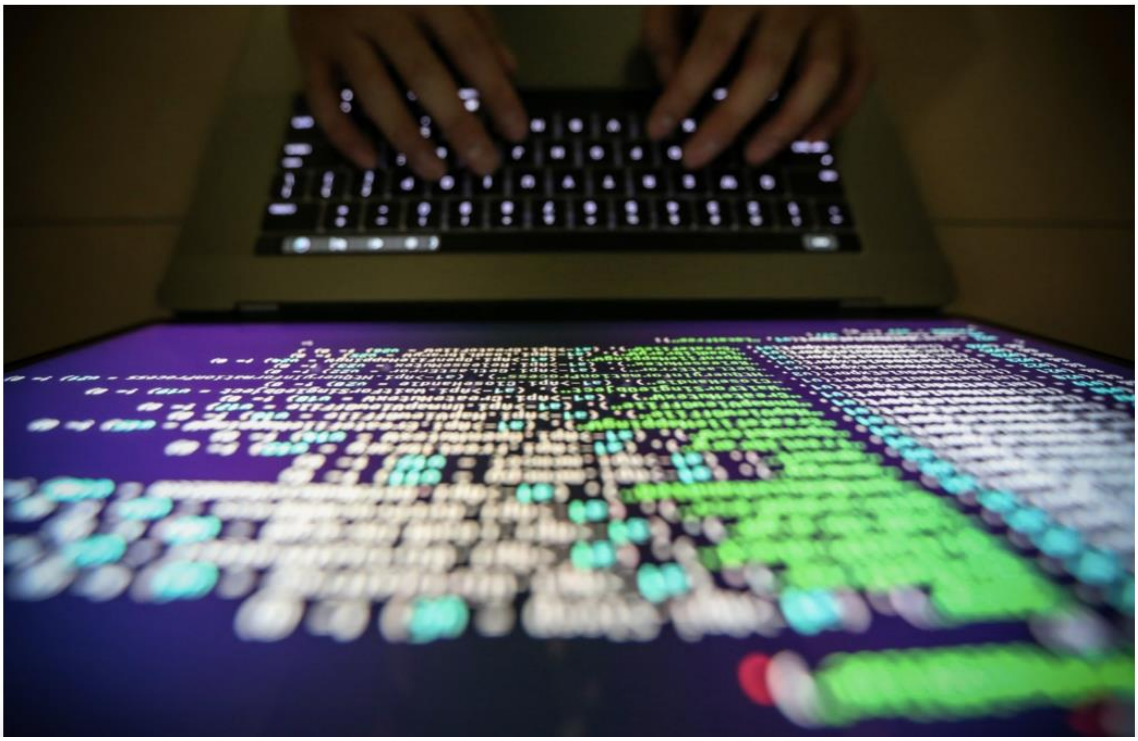
Portugueses têm "elevado grau de desconhecimento" sobre denúncias de cibercrime

A informação consta na primeira edição do Relatório de Cibersegurança em Portugal sobre políticas públicas, divulgado esta sexta-feira pelo Centro Nacional de Cibersegurança. Baseia-se na análise de indicadores recolhidos de fontes de referência como o Eurobarómetro (2020) e o Inquérito Social Europeu.

Lusa e **PÚBLICO**

10 de Dezembro de 2021, 20:00

Receber alertas



O Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS) alertou, nesta sexta-feira, que se nota uma "divergência significativa" entre a intenção de reportar crimes informáticos em Portugal e a acção de os reportar efectivamente. Em causa está um "elevado grau de desconhecimento" sobre os canais oficiais para o fazer. A informação faz parte da primeira edição do Relatório de Cibersegurança em Portugal — Políticas Públicas, divulgado pelo CNCS.

"Verifica-se um elevado grau de desconhecimento, entre os que sofreram efectivamente um cibercrime, sobre a existência e a identificação de canais oficiais de reporte, bem como uma preferência por canais ditos alternativos (fornecedores de serviços de Internet, por exemplo) face aos órgãos de polícia criminal", lê-se no documento que foi elaborado por uma equipa de docentes e investigadores da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para o Observatório de Cibersegurança. As conclusões baseiam-se na análise de indicadores recolhidos de fontes de referência como o Eurobarómetro (2020) e o Inquérito Social Europeu.

Ao todo, 80% dos portugueses inquiridos para o Eurobarómetro 2020 desconheciam a existência de canais adequados onde denunciar cibercrimes. Comparando com os restantes países de União Europeia e o Reino Unido (UE28), verifica-se que é um problema geral. Portugal está apenas ligeiramente acima da média

europeia (77%). Apenas 42% dos cidadãos portugueses acham que as autoridades fazem o suficiente para combater o cibercrime.

Os cibercrimes mencionados incluem encontrar pornografia infantil online, ser vítima de fraude online, encontrar sites a promover o ódio, ficar barrado de aceder a serviços, ficar infectado com um vírus, receber e-mails ou telefonemas fraudulentos, perder acesso às contas online, e ser chantageado para voltar a obter o acesso a determinados ficheiros (ransomware).

No que toca a notícias falsas, os portugueses tendem a colocar a resposta das autoridades ao mesmo nível que a resposta de jornalistas e dos próprios cidadãos.

O CNCS defende que é fundamental "melhorar a divulgação dos canais adequados a esse reporte". Um dos serviços disponíveis é a Linha Internet Segura, um serviço de denúncia de conteúdos ilegais online que é operacionalizada pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

Portugal está bem posicionado

O relatório do CNCS também identifica várias das estratégias adoptadas em Portugal e na União Europeia para combater o cibercrime. A equipa responsável por compilar o relatório refere que, de forma geral, "as estratégias adoptadas em Portugal têm acompanhado os objectivos e orientações estratégicas de segurança" da União Europeia. Portugal tem uma Estratégia Nacional de Segurança do Ciberespaço e várias estratégias e programas dedicadas "à transição digital do país"

Debruçando-se sobre o quadro estratégico, institucional e legal existente a nível europeu, os autores do relatório sugerem que se espera, "num futuro próximo, uma resposta colectiva cada vez mais integrada, que suplante de forma mais eficiente o trabalho realizado separadamente pelas diferentes comunidades de cibersegurança nos diferentes Estados-membros", como forças policiais, civis, diplomacia ou parceiros do sector privado.

A nível nacional, o Observatório de Cibersegurança do CNCS reitera que o combate ao cibercrime "exige um esforço contínuo, reforçado e colaborativo" e que este deve ser enquadrado por um conjunto robusto de políticas públicas, sublinhando ainda que Portugal "surge actualmente bem posicionado nos principais *rankings* internacionais da área".

O MINHO

BRAGA

GNR regista 108 denúncias de violência doméstica por mês no distrito de Braga

O flagelo da violência doméstica no distrito e no país

Há 3 semanas em 18/12/2021 às 18:58
Por **Tomás Guerreiro**

Imagem: APAV

O distrito de Braga é um dos principais focos da “epidemia” de violência doméstica que grassa pelas casas deste país. Entre janeiro e outubro, a Guarda Nacional Republicana registou 1.076 participações de violência doméstica no distrito e o número de vítimas acompanhadas pela APAV aumentou durante os dois últimos anos; as queixas aumentam de ano para ano e Braga partilhou, com os distritos do Porto e de Lisboa, o pódio da distribuição geográfica de denúncias no Relatório Anual de Segurança Interna de 2020, enquanto os primeiros números de 2021, não permitem tréguas.

O valor calculado pela média aritmética, corresponde a 108 denúncias mensais para os 10 primeiros meses do ano, apenas registadas pela GNR no distrito de Braga. Em 2020, a GNR preencheu 1.346 participações relativas a violência doméstica e os números aumentam de ano para ano, 1.306 em 2019, 1.226 em 2018, unicamente para o distrito de Braga.

No Relatório Anual de Segurança Interna de 2020, Braga é um dos distritos do país que apresenta somatórios mais elevados de participações elaboradas pelas polícias: 1.958 queixas de violência doméstica representam um crescimento de 0.2%, relativamente ao número de denúncias apresentadas em 2019. O distrito está pendurado no terceiro lugar, de um pódio partilhado com o Porto e com Lisboa.

Durante os últimos 5 anos, a “APAV apoiou 62.248 vítimas de crime, existindo um aumento significativo nos últimos dois anos”, afirma Marta Mendes, gestora do gabinete de apoio à vítima de Braga, sobre o panorama nacional.

No ano de 2019, o Gabinete de Apoio à Vítima de Braga apoiou 900 pessoas, das quais 722 afirmavam-se do sexo feminino. Das 900 pessoas acompanhadas pela instituição, 398 eram residentes no concelho de Braga e 698 eram vítimas do crime de violência doméstica. No outro género, 169 pessoas do sexo masculino recorreram aos serviços da APAV no distrito.

O comando territorial da GNR salienta que no distrito, 78% das participações são apresentadas por vítimas e as restantes denúncias são efetuadas por testemunhas ou anonimamente.

“Todos os factos reportados à GNR são de investigação obrigatória, sendo que no mais curto prazo, são comunicados formalmente ao Ministério Público”, informa a polícia referindo-se à natureza prioritária da investigação: “São destacados militares com formação específica na temática, sendo que em situações onde a avaliação de risco realizada à vítima seja considerada elevada, a investigação é realizada pelos Núcleos de Investigação e Apoio a Vitimas Especificas”, diz o tenente-coronel e relações públicas do comando territorial de Braga, Adriano Rocha a O MINHO.

A esmagadora maioria dos processos criminais são arquivados
A violência doméstica é um crime público raramente julgado pela magistratura judicial, porque a maioria dos inquéritos são arquivados pelo Ministério Público, enquanto as vítimas continuam a suportar um ordenamento jurídico centrado nos direitos do agressor.

Em Portugal, durante o ano de 2020, findaram 33.873 inquéritos, mas o Ministério Público deduziu somente 5.043 acusações. A esmagadora maioria das investigações do Ministério Público (21.327) foram arquivadas, sem as vítimas escutarem o pronúncio formal da acusação.

“O reconhecimento do papel da vítima de crime e do seu valor processual permitirá dar-lhe aquele lugar que é seu por direito, mas que foi descurado inevitavelmente ao longo do tempo, em prol de outros sujeitos processuais e de um sistema de justiça mais centrado no autor de crime, nos seus direitos e nas suas garantias”, afirma Marta Mendes, gestora do gabinete de apoio à vítima de Braga, a O MINHO.

“Portugal tem conhecido importantes avanços no âmbito da proteção às vítimas de crime, o caminho que a Justiça vem percorrendo, ao abrigo de legislação internacional e subsequente adoção do estatuto de vítima no ordenamento jurídico, deve ser valorizado”, explica Marta Mendes.

“A efetivação desses direitos e o seu reconhecimento nas específicas situações, aproximando, cada vez mais, a realidade do sistema jurídico à lei, deverá ser encarado como um percurso que vem sendo desenvolvido, mas deverá sempre procurar melhor corresponder às reais necessidades das vítimas de crime, seus familiares e amigos” acrescenta a especialista, que enaltece a “existência de diversas respostas para as vítimas de violência doméstica, sendo importante mencionar: se é vítima de crime, procure ajuda, não está sozinha”.

Imagem: APAV

Para a construção desta reportagem, o gabinete dedicado às relações públicas da PSP de Braga não prestou nenhuma declaração ao jornal, apesar das questões enviadas por O MINHO. Contudo, o crime de violência doméstica foi o mais registado nas esquadras de todo o país, durante o ano de 2020, pelas várias autoridades.

Recomeçar

A violência doméstica é uma corrente disfuncional unida por elos enferrujados: do clímax ao medo, do carinho à agressão, da prenda ao insulto. É orientada para a submissão absoluta da vítima pelo rendimento, pela humilhação da separação, pela rejeição da família, pelo culto diário da inferioridade e da dependência que se aloja no crânio da vítima como uma condição à própria vida. “É um bom homem”, justifica-se aquilo, para o que não há justificação.

“Um crime pode afetar-nos de modo diferente e as pessoas não reagem todas da mesma forma, a maioria das pessoas, após serem vítimas, podem sentir-se muito confusas e vulneráveis”, explica a gestora do gabinete de Braga, da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, Marta Mendes, que tipifica: “Reações como pânico geral, o pânico de morrer, a impressão de estar a viver um pesadelo, a desorientação geral, o sentimento de solidão e o estado de choque, são reações comuns e normais nas vítimas de crime”.

Imagem: APAV

“Existe um conjunto de consequências psicológicas, físicas, sociais e económicas que se manifestam, pelo que deveremos procurar apoio especializado e qualificado, com vista a minimizar o impacto” acrescenta.

Quanto à dificuldade de autonomização e independência do violentado, fisicamente, psicologicamente ou moralmente, para com o violentador, a APAV não é dona de respostas absolutas: “Face a tudo isto, à diversidade das situações, não conseguimos dar uma resposta concreta, todavia, gostaríamos de salientar que é possível, se a vítima de crime assim o desejar, sair do contexto violento e construir um projeto de vida afastado do mesmo”.

Imagem: GNR

O endereço das casas de abrigo é confidencial para proporcionarem segurança e proteção às vítimas, bem como aos seus filhos ou filhas. Importante mencionar que a Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica dispõe de 133 estruturas de atendimento, que permitem respostas sustentadas por equipas multidisciplinares, presencialmente ou telefonicamente, com informação jurídica, apoio psicológico e social, gratuito e confidencial. Os serviços dispõem de 39 casas abrigo e 26 acolhimentos de emergência.

Jornal de Notícias

Santa Maria da Feira

Profissionais do Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga gravam CD de Natal

Salomão Rodrigues
23 Dezembro 2021 às 23:25

COMENTAR

TÓPICOS

Santa Maria da Feira

Local

Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga

CD

Alguns dos profissionais na hora da gravação
Foto: DR

São enfermeiros, técnicos, médicos, administrativos e colaboradores de outras áreas profissionais e serviços. Para além das diferentes tarefas que desempenham no dia-a-dia, têm em comum o facto de pertencerem ao Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga (CHEDV) e de terem formado recentemente uma peculiar "TaskForce".

Contrariando as vicissitudes ditadas pela azáfama provocada por tempos de pandemia, um grupo de colaboradores deste centro hospitalar criou a "TaskForce CD um novo Natal no CHEDV", projeto que resultou na produção de um CD solidário de músicas de Natal.

O técnico, António Freitas, já designado "vice-almirante" desta "TaskForce" revelou, ao JN, que a ideia se concretizou em cerca de mês e meio, após a apresentação da ideia ao conselho de administração.

"Tentamos encontrar pessoas de todas as áreas profissionais, com alguma vocação, e conseguimos reunir cerca de 30 interessados", explicou.

Diz que não faltaram surpresas positivas, com os diferentes profissionais a revelarem, em alguns casos, dotes vocais inesperados.

Uma das dificuldades, adiantou, foi conseguir vozes masculinas suficientes. "Conseguimos muitas vozes femininas, mas faltavam ainda vozes masculinas". "Recorremos aos maridos de algumas profissionais do CHEDV e o problema ficou resolvido".

Também os filhos destes profissionais foram chamados a participar, um apelo respondido prontamente.

Seguiram-se as gravações em estúdio que resultaram num álbum que contém 10 temas, sendo três originais, um tema com letra original e música adaptada e os restantes alusivos à quadra natalícia.

A receita da venda deste CD reverte a favor da APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e da LAHSS - Liga dos Amigos do Hospital de São Sebastião.

"Foi um esforço muito grande, mas estamos satisfeitos e felizes, porque demos a nossa contribuição para melhorar o ambiente hospitalar, para ver um sorriso nas pessoas e vamos ajudar a APAV e a LAHSS", concluiu António Freitas.

Miguel Paiva, presidente do Conselho de Administração do CHEDV refere que o objetivo com esta iniciativa foi "criar um momento de partilha e descompressão de tanto e tão duro trabalho a que temos sido sujeitos nos últimos meses e que tanto tem exigido de nós. A partilha, através da música, de uma mensagem de alegria e união é algo que a todos nos sensibiliza e ajuda a dar sentido aos sacrifícios que fazemos".

O CD já se encontra à venda e pode ser adquirido na loja de Natal da LAHSS (em frente ao Continente de Santa Maria da Feira).

+Algarve
O ALGARVE NUM CLIQUE

Prémio APAV para a Investigação 2021

9 DEZEMBRO 2021

NACIONAIS

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima promoveu a cerimónia de atribuição do Prémio APAV para a Investigação 2021, no dia 7 de dezembro, no auditório Atmosfera M, no Porto.

A vencedora da sétima edição do Prémio APAV para a Investigação foi Andreia Filipa Pereira de Carvalho, com o trabalho "A criança nas redes sociais – tutela da personalidade e responsabilidade parental na divulgação da imagem". Foram ainda atribuídas duas Menções Honrosas, aos trabalhos "Cooperação judiciária para efeitos de defesa dos interesses patrimoniais da vítima", de Vânia Costa Ramos e Diogo Pereira Coelho, e "Violência Sexual Baseada em Imagens", de Patrícia Maria Mendonça Rodrigues Ribeiro.

O Prémio APAV para a Investigação é uma iniciativa que se destina a premiar trabalhos de investigação sobre temas ou problemas relacionados com a missão da Associação: apoiar as vítimas de crime, seus familiares e amigos. Pelo sétimo ano consecutivo é promovido pela APAV com o apoio da Fundação Montepio.

Diário de Notícias

"Se o ato hediondo [de abusos sexuais] é grave, se é praticado por um padre está no top de gravidade"

Bispo auxiliar de Lisboa reconhece que "a Igreja foi empurrada a atuar" nos casos de abusos sexuais a menores, um tema "prioritário" e "intolerável". Admite que a ordenação das mulheres deve ser discutida e conta como a pandemia levou mais pobres a pedir ajuda às paróquias.

Rosália Amorim e Pedro Cruz (TSF)
24 Dezembro 2021 — 00:04

TÓPICOS
- Sociedade
- igreja
- abusos sexuais
- TSF

Relacionados

Ordenado padre aos 23, torna-se bispo aos 46 e tem hoje 48 anos. Foi pároco em Campanhã, no Porto, notário da cúria diocesana do Porto, vigário-geral e chefe de gabinete de três bispos da Invicta, e capelão-mor da Misericórdia do Porto. Foi também pároco da Sé e cónego do Cabido da Sé do Porto em 2017. Desde 2011 que preside à Irmandade dos Clérigos. Em 2016 assume a presidência do conselho de gerência do Grupo Renascença. É bispo auxiliar de Lisboa desde 2019, altura em que fica também responsável pela Comissão Diocesana que investiga o abuso de menores na Igreja.

Começo pela Comissão Diocesana de Lisboa, que investiga abusos sexuais a menores. Já há resultados concretos da investigação?
Não sei se algum dia vamos chegar a essa resposta. É um trabalho que se faz permanentemente, de criar condições de segurança, de confiança, para que as vítimas se sintam encorajadas a abrir o seu coração a um acontecimento da sua vida doloroso. Vamos imaginar um homem de 40 e poucos anos, porventura casado, com filhos, a quem tenha ocorrido esse momento dramático, doloroso, na sua vida, é preciso ser um herói, é preciso que à sua volta se criem condições de muita confiança para que ele possa abrir o seu coração e partilhar.

Já lhe chegaram casos? Estão a compilar testemunhos?
Não. Desde que foi criada a Comissão de Lisboa, em abril de 2019, que não tivemos comunicação ou denúncia de caso absolutamente nenhum que envolvesse eclesiásticos que é, digamos, a tutela com que esta comissão foi criada. Mas isso não quer dizer que não existam.

Esta criação de uma comissão nacional independente vai permitir ter uma noção mais clara, depois do seu ano de trabalho, da quantidade de casos que, eventualmente, possam ter existido?
Espero que sim. O nosso objetivo e desejo é que, nem que seja um, que possamos corresponder a esse sofrimento, a esse grito de atenção e que possamos acompanhar a pessoa, porventura, ajudá-la naquilo que o Papa dizia que são feridas profundas de difícil cicatrização. E tudo o que pudermos fazer, um que seja, porque não tenho informação nenhuma em especial, nem sei se a cultura do nosso país faz que possamos olhar para a realidade portuguesa de modo diferente da espanhola, da francesa, da australiana, da inglesa, da irlandesa, não faço a mínima ideia. Mas o que eu sei, e daquilo que depende o nosso grupo de trabalho e o espírito das comissões, tivemos uma reunião todos em Fátima, penso que em maio de 2020, e a maioria das comissões são constituídas, não por eclesiásticos, portanto, os eclesiásticos são uma amostra muito residual nas comissões, e o que eu noto é que, da parte desses leigos que se disponibilizaram a ajudar a Igreja neste caminho, é um total empenho, dedicação e até alegria por poderem ajudar como psiquiatras, como pedopsiquiatras,

como antigos magistrados, como outras profissões, ajudarem com o seu saber a que possamos estabelecer um caminho que possa criar as condições de confiança nessas pessoas que, porventura, possam ter sido vítimas.

Há pouco disse, e agora repetiu, que talvez ainda não estejam criadas essas tais condições de confiança para que as pessoas venham apresentar as suas denúncias. O que é que falta para criar essa confiança?
Não sei dizer. Tenho falado com alguma frequência, nestes dois anos, com a APAV [Associação Portuguesa de Apoio à Vítima], que tem um projeto chamado CARE, que é um projeto muito interessante que tem o apoio da Gulbenkian e apoio estatal. E eu pergunto-me assim: nada impede que uma vítima possa fazer a sua denúncia junto da APAV através do CARE, nada impede que qualquer pessoa possa fazer uma denúncia junto das autoridades policiais, nada impede que uma pessoa possa fazer denúncia noutra entidade qualquer, nacional ou internacional, portanto, não há nada que impeça, à partida. Agora, o que é que temos de fazer, como Igreja em primeiro lugar e como sociedade de modo transversal, para que qualquer pessoa que tenha tido esta vivência se sinta confortável e segura para avançar? Há uma coisa que temos de evitar como sociedade, e como Igreja como é óbvio: evitar que a pessoa se possa sentir vítima outra vez. Ou seja, que numa denúncia num contexto qualquer de maior ou menor visibilidade ou mediatismo que a pessoa, no fim, conclua que voltou a ser vítima. Isso não podemos permitir como é óbvio.

Há pouco falou no Papa Francisco. Estas comissões diocesanas e depois a comissão nacional independente surgiram, precisamente, muito por insistência do Papa Francisco. Esse trabalho não deveria ter começado já há várias décadas?
Acredito que sim e quero acreditar que cada um, no seu tempo, faz aquilo que lhe é possível e aquilo que, enfim, as circunstâncias convidam ou condicionam.

Mas peca por atraso?
Tudo o que é irmos ao encontro destas pessoas, que foram vítimas destes crimes, peca sempre objetivamente, sempre. Tudo o que não foi feito, e que deveria ter sido feito é sempre motivo de prolongar, porventura, a dor da pessoa que viveu estas circunstâncias. Agora sabemos, ao olhar para trás também, que seja o Papa João Paulo II, seja o Papa Bento XVI, seja responsáveis de vários níveis de responsabilidade, que há homens e mulheres nesta história que foram dando o seu contributo e permitindo que se fosse avançando paulatinamente naquilo que é a precedência, primeiro das vítimas - as vítimas têm de ter o primeiro lugar na nossa preocupação e na nossa atenção -, e, a partir daí, tudo aquilo que decorre, enfim, a nível diocesano, a nível nacional e a nível internacional, como é óbvio.

A Igreja em Portugal, e não só, lidou sempre com estes casos como se fossem casos isolados ou casos pontuais, desvalorizando-os muitas vezes, de certa forma. E pergunto se foi a pressão social, se foi a opinião pública, que levou a Igreja a mudar de atitude.
Acredito que sim. Aliás, faz parte. Somos membros de uma sociedade, somos cidadãos, somos influenciados por tudo aquilo que está à nossa volta, das várias instituições, agremiações, fraternidades, confrarias e irmandades fazemos parte, e, pessoalmente, diariamente, sinto-me condicionado, empurrado ou inspirado para fazer as mais diversas coisas. E é óbvio que se olharmos para trás a Igreja, nos seus responsáveis primeiros, a Igreja comunidade, foi sendo sensibilizada, empurrada na urgência e na necessidade e, acima de tudo, naquilo que o Papa Francisco diz: isto

não é favor nenhum que a Igreja faz, não é uma concessão, é uma obrigação que ela tem. E ainda bem que estamos nesta fase e bom que seria que um dia destes os responsáveis pudessem estar aqui a dizer que o resultado final era positivo, que se tinha resolvido, que se tinha esclarecido, e que estávamos já noutra fase de toda esta vivência.

A ideia que fica é que foi preciso o Papa Francisco forçar para que esta realidade começasse a ser levada mais a sério. Foi preciso o Papa dizer "façam as comissões"? Ou seja, a Igreja com a autonomia que tem em cada diocese, em cada paróquia, em cada país, não deveria já ter avançado nestas investigações?
A realidade da Igreja é muito diferente de norte para sul, do interior para o litoral, do continente para as ilhas, da Europa para a Ásia, da Ásia para a América. Ou seja, a Igreja vista como um todo é um aglomerado de culturas, vivências, sensibilidades totalmente diferentes. Cabe à figura do Papa, quando ele acha que chegou a altura ou quando, porventura, toma uma decisão, de ser, digamos, vinculativo. E o Papa quando, pela primeira vez, em fevereiro de 2019, convocou todos os presidentes das conferências episcopais do mundo para uma reunião presencial em Roma, para tratar de um assunto muito específico - este -, foi algo que nunca tinha acontecido. Portanto, o Papa tomou a iniciativa de chamar a Roma todos os responsáveis das conferências episcopais de todo o mundo, partilhar com eles a sua leitura, a sua preocupação, o seu sofrimento, e aquilo que ele achava que devia acontecer em cada igreja particular, em cada diocese, independentemente do continente, independentemente do ponto de situação em que cada uma estivesse. Não tenho conhecimento de toda a realidade das dioceses do mundo inteiro, mas às vezes leio coisas que me dizem que há dioceses que há muitos anos se debruçam sobre esta questão, mesmo antes de ela ser tão pertinente. Como há outras que teimam em desvalorizar, porventura, a pertinência, a prioridade, e o sofrimento deste acontecimento. Ora, o que é o que Papa fez? Acabou por ajustar e convidar e impor que todas passassem, pelo menos, a ter uma comissão diocesana para avaliar e acompanhar esta temática e isso concretizou-se no verão do ano seguinte.

O senhor bispo escreveu há umas semanas que é preciso olhar para estes crimes dentro da Igreja, mas que não se pode deixar de fora outros setores da sociedade. Mais uma vez, não parece uma desculpa?
Eu apanhei nas orelhas e apanhei com razão de apanhar, mas convencido de que estava a dizer uma coisa que se entendia. Vou então recapitular aquilo que disse e contextualizar. Ponto um: a Igreja tem o dever e a obrigação de fazer o seu trabalho, independentemente dos outros. Ponto dois: a nossa preocupação são as vítimas. Ponto três: temos de criar condições de confiança, de segurança, e não permitir que nenhuma vítima, porventura, em razão de denúncia, se sinta novamente vítima. Agora, eu que desde abril de 2019 acompanho o fenómeno e, quer na Procuradoria-Geral da República quer nas autoridades policiais e de investigação, os números e os relatórios, vejo que, infelizmente, o fenómeno da pedofilia é grave, profundo e transversal à nossa realidade como sociedade. O que eu disse foi que a Igreja tem de fazer a sua parte, não é favor nenhum, é obrigação, é prioritário, é exemplar, mas é também momento de, ao mesmo tempo, olharmos todos como sociedade para a situação e sermos capazes de fazer alguma coisa. E podemos dizer "mas o que é que falta fazer?" É o tal ambiente de confiança, porque existe a APAV, existe a polícia, existe a procuradoria, existem tantas e tantas possibilidades, e-mails, telefones e endereços. Se existem porque é que as pessoas não denunciam? E essa é a questão que se coloca a mim como bispo, como padre e como cidadão: o que é que eu tenho de fazer mais para que isso aconteça? Depois, o que eu estava a tentar dizer, e sem atribuir culpas a ninguém, porque isto não se resolve uns contra os outros, isto resolve-se se todos fizermos a nossa parte em conjunto para o bem das potenciais vítimas, é, o que é que temos de fazer todos juntos, nós Igreja, nós Ministério da Educação, nós as ordens profissionais, nós o futebol, nós o desporto em geral, o que é que temos de fazer mais para que o assunto seja encaixado no coração de cada um como prioritário e como inadmissível? E isto não é nem acusar nem sacudir a água do capote, porque eu compreendo que a leitura inicial possa ser a que foi tida, mas não era esse, nem é esse, o objetivo. É que como sociedade portuguesa, europeia e mundial, sejamos capazes de dar um sinal de que isto é inadmissível e inaceitável.

Em França foram revelados mais de 700 casos, em Espanha, soubemos nesta semana, quase 300. Em Portugal, a Igreja, até hoje, admitiu publicamente cerca de uma dezena de casos e considerando-os sempre como pontuais. Acredita que ainda hoje há menores a serem abusados em Portugal por membros do clero?
Se há, seria demasiado grave, inaceitável e intolerável. Porque se este ato hediondo é praticado por qualquer pessoa é muito grave, se é praticado por um padre considero que num top de gravidade ele está no top. Eu comparo ao pai, ao avô, alguém de extrema ligação e confiança. Mas com mais gravidade porque nenhuma destas pessoas, todos os dias ou semanalmente, está num ambão, está numa celebração, a anunciar Cristo vivo, a anunciar a fraternidade, a verdade, o respeito, a dignidade da pessoa humana, portanto, esta pessoa tem responsabilidades acrescidas perante os jovens, perante a sociedade em geral, portanto, se o pratica é muito mais grave do que qualquer cidadão anónimo de outra profissão ou outra relação. Se isso hoje acontece, significa que nós, Igreja, não fomos ainda capazes de colocar no coração de todos os membros da comunidade que a tolerância zero e a transparência total são para concretizar efetivamente.

Mas acredita que acontece?
Não posso dizer que sim ou que não. Era bom que pudesse garantir que não, não posso garantir que isso não aconteça, infelizmente. Nem da parte de um sacerdote nem da parte de qualquer outra pessoa, não posso, infelizmente.

Vamos mudar de tema. Há hoje um número de ordenações muito reduzido e uma Igreja cada vez mais envelhecida, quer na Europa quer em Portugal, são realidades semelhantes. O que é que se passa? Há menos pessoas a sentirem esse chamamento para a Igreja na sua opinião?
É assim, matematicamente está certíssimo.

Ou a sociedade atual está menos espiritual e está mais materialista?
O Papa tem uma mensagem de Ano Novo muito interessante, em que diz que é muito importante provocarmos o diálogo entre os guardiões do passado, da história, que são os mais velhos, e aqueles que constroem o futuro, que são os mais novos. Neste encadeamento destas duas gerações que são, normalmente, as que mais sofrem. Uns por terem a sensação do outono da vida e outros pela razão de terem dúvidas quanto à concretização dos seus sonhos. E estamos num tempo, de facto, que, primeiro, se olharmos para trás para as multidões sacerdotais, tínhamos famílias com número de filhos generoso, e hoje temos casais com um, e até costumo dizer a brincar, e não têm meio porque meio não é possível.

Está à vista na estatística.
Exatamente. E isto é um problema, não só para a questão vocacional sacerdotal, é um problema para muitas áreas daquilo que significa o país ter capacidade de corresponder a tantas e tantas vocações e profissões que são necessárias para que a sociedade funcione. Mas é óbvio que se me perguntar se hoje, tal como no passado, é normal que uma família coloque a hipótese a um jovem, seu filho, seu sobrinho, seu neto, a questão sacerdotal, a questão missionária, a questão de consagração espiritual especial, se calhar é uma possibilidade mais rara. Estamos num tempo novo, estou convencido, cada vez mais, de que estamos a viver o momento de viragem epocal, acelerada pela revolução digital, mas ainda mais pela pandemia. Há aqui um conjunto de coisas que estão a acelerar o mundo que eu, com 48 anos, olho para a malta nova e falo com eles, até por causa das Jornadas da Juventude, e já me sinto afastado.

Muitas vezes estes momentos de crise levam a um chamamento à Igreja e não a um afastamento. Há um certo desencantamento?
Mas temos fenómenos contrários. Ou seja, depende muito daquilo que é o trabalho em cada diocese, em cada congregação, em cada instituto religioso, o trabalho que está a fazer, primeiro, de se tornar visível perante os jovens e, depois, de os cativar. Por exemplo, uma coisa que vemos é que há jovens que se sentem cativados pela ação. Há jovens que, rapidamente, têm o gosto e a vontade de ir para um país distante, para uma atividade de missão, em que vão ajudar na engenharia, na sociologia, no ensino, no sociocaritativo, mas não se sentem tão cativados se eu os convidar para ir ali à igreja não sei de onde, todas as sextas-feiras, para a adoração do Santíssimo e para o terço às 09h30. Como há o contrário, há jovens que têm apetência e sentem-se mais convidados para algo mais espiritual, mais interior. E o nosso trabalho, e o trabalho da dita pastoral das vocações, das dioceses, dos institutos e das congregações, é também sermos capazes de ter uma linguagem e ter uma presença junto dos jovens que eles entendam, que eles decifrem, porque, às vezes, tenho noção de que o que digo e como digo não é totalmente percetível da parte dos jovens.

© Gerardo Santos / Global Imagens

Mas o tema da vocação, ou da falta dela, tem que ver também com o celibato? É isso que os afasta?
Acredito que sim. Acredito que há jovens que, porventura, possam ponderar essa possibilidade e ao fazerem essa avaliação e a rezarem sobre o assunto do sim, do não, do talvez, que essa circunstância seja entrave ou seja obstáculo, a que aceda ou responda positivamente a essa possibilidade. Mas também vai permitir-me que diga que acredito que Deus chama, e quando chama, também vai colocando a graça, a força e a perseverança naqueles que chama para que possam corresponder dessa maneira. Não estou a dizer que o ser ou não ser, o dizer que sim ou dizer que não, na circunstância específica do celibato, impeça uma maior ou melhor correspondência, uma melhor ou menor vivência vocacional. Porque é lógico que nós estamos muito habituados a fechar muito naquilo que é o exercício sacerdotal ministerial, mas temos uma possibilidade enorme e alargada de vocações dentro da Igreja a que se pode corresponder também na situação matrimonial.

Pessoalmente e enquanto bispo, o celibato é uma questão fechada ou pode, e deve, ser discutida no interior da Igreja?
Pessoalmente, acho que tudo deve ser falado, dialogado, aberto, naquilo que significa a liberdade dos filhos de Deus e aquilo que significa o modo como nos organizamos como Igreja que somos e, ao longo dos tempos, essa Igreja de 2000 anos. Lá está, andamos muito a falar do tempo mediático, do tempo político, do tempo da saúde, do tempo da ciência, também há o tempo do espírito, também há o tempo da Igreja. Às vezes eu olho para a história e digo, ainda bem que a Igreja tem um retardador, tem uma velocidade diferente porque há coisas na história da humanidade que são modas, aparecem e desaparecem, e a Igreja, às vezes, é a entidade que vai mantendo ou vai garantindo que o essencial permanece ao longo desses ventos, ciclones e dessas modas que, porventura, aparecem. Não me repugna que tudo seja falado, que tudo seja colocado na mesa do diálogo, de coração aberto, com a oração devida e, depois, em cada tempo cada responsável nesse tempo tem a obrigação e está ungido para tomar as decisões. Tivemos, ao longo dos tempos mais recentes, o Papa João Paulo II, o Papa Bento XVI e o Papa Francisco. Cada um deles tomou decisões, a eles lhes coube tomar decisões, e a Igreja acolhe. Acredito que nesta Igreja há sensibilidades diferentes sobre o assunto, mas a quem de direito há uma decisão e continuamos o caminho.

Mas o celibato é ou não é uma questão que pode ajudar a terminar com a crise de vocações?
Nós temos irmãos de outras confissões que não têm a imposição, ou a recomendação, ou a circunstância do celibato.

Todos sabemos que existem, em Portugal, os filhos do padre, as filhas do padre, que vivem vidas escondidas. Como é que isto se resolve?
O todos sabemos, eu não sei. O que é que digo em relação a esse assunto e em relação a assuntos nessa secção é assim: tem que ver com a tal tolerância zero e com a transparência total. O pior que pode acontecer na vida de um sacerdote é criar na sua mente e no seu coração a ideia de que à sua volta há condições para uma vida dupla. Ou seja, que possa entender, que possa ler, que possa sentir que no seu seminário, que na sua paróquia, que na sua diocese, que na sua religião, há folga, há circunstância ou há sinais que lhe dão conforto, esperança ou expectativa de que pode ter uma vida dupla e isso nós não podemos permitir. Nem para aquilo que significa a verdade da sua vida nem para aquilo que significa a verdade do seu exercício ministerial, seja lá em que circunstância for. A mim o que me coloca a questão é se da nossa parte há qualquer comunicação errada que faça criar no destinatário a ideia, a sensação, de que é permitido que ele faça isso. E, a partir daí, temos um problema que é preciso resolver, para bem do próprio e para o que significa a verdade do exercício ministerial.

As mulheres têm na Igreja Católica um papel fundamental, mas sempre subalterno. A questão da possível ordenação das mulheres merece ser discutida ou nem sequer é um tema na cúria?
Merece ser sempre discutida. Aliás, é como na secção do celibato e eu digo o mesmo: em todos os tempos acho que é importante podermos falar abertamente de todas as questões. E o Papa Francisco, neste seu pontificado, tem provocado e proporcionado diálogo, discussão, avaliação, reflexão e sinais. Da própria caneta do Papa têm saído nomeações, primeiras, para responsabilidades e funções que são inauguração, que são novidade. Primeiro, pessoalmente, não gosto, nunca gostei, não gosto - e posso estar errado, e aceito para levar as reguadas se for o caso -, o que tem que ver com as quotas, não gosto de quotas, não gosto que tenhamos de ter X homens e X mulheres, acho que as coisas devem acontecer pelo mérito próprio de cada um. Mas também aceito que na sociedade ideal isso é possível, na sociedade real nem sempre. E vemos que há assuntos que, se não for a imposição de quotas, que não se concretizam e, portanto, a imposição se calhar, passageiramente, deve existir para que as coisas se concretizem.

Mas neste caso não se trata de quotas, trata-se da abertura da possibilidade de as mulheres serem ordenadas.
Há outra questão que tem que ver com o seguinte: o serviço e o poder. Se associamos o serviço e o poder ao exercício ministerial, parece-me que é óbvio que a leitura que possa ser feita é que não se

está a permitir chegar ao topo do poder. Eu não faço essa leitura, faço a leitura de que nós somos chamados ao exercício de um serviço à comunidade, cada um mediante as suas circunstâncias, as suas qualidades, em que a Igreja chama. E estou convencido de que, no dia em que Deus quiser, e vamos falar assim, no dia em que Deus quiser, que a Igreja vai chamar ao exercício de funções quem hoje não chama, as mulheres.

E o que é que está a faltar para esse passo? É só Deus querer?
É Deus querer como sempre.

Mas é preciso uma mudança de mentalidades? Que o Papa seja mais vinculativo ao chamar mulheres para junto desse poder?
É preciso todo um caminho. Costumo dizer, a brincar, que quem conhece a Igreja por dentro sabe muito bem que quem manda nisto tudo são as mulheres.

Isso é muito bonito de dizer, mas depois as mulheres não estão no tal poder de que falava.
Não, mas é isso, a questão aqui é purificar o serviço e o poder, acho que isto é que temos de purificar. Porque se formos a uma comunidade, na catequese e em quase todos os serviços, quase todas as áreas da pastoral, a presença das mulheres é 20-0, nem há discussão. A questão principal aqui é, primeiro, interpretarmos a realidade da nossa sociedade, do nosso tempo, da nossa sensibilidade, e acredito, estou plenamente convencido, que um dia, não sei se é amanhã, se é para a semana, se o vou ver ou se não o vou ver, que com toda a naturalidade isso poderá vir a acontecer.

E se for ver, verá com bons olhos que isso aconteça, a ordenação das mulheres?
Totalmente, totalmente.

Seria também uma forma de contornar a falta de vocações?
Não queria que fosse por aí. Ou seja, nunca avalio positivamente que se avance num assunto para resolver outro problema. Tem que ver também, por exemplo, com aquela questão dos diáconos permanentes que, a certa altura, foram criados, depois houve um travão, depois houve uma retoma desse exercício dos diáconos - normalmente homens casados - e, a certa altura, a conversa é precisar de mão-de-obra, e não é esse o foco. O foco é reconhecermos o tesouro, a mais-valia, a riqueza de vocações diferentes. É esse o caminho, é entendermos que o estarmos a servir a Igreja em serviços diferentes, em ministérios diferentes, homens, mulheres, casados, solteiros, leigos, cada um na sua vocação, isto é uma riqueza e não propriamente um responder a ter ou não ter exército, a

ter ou não ter funcionários, porque acho que isso é a leitura mais pobre do que pudesse ser um contexto para avançar.

Os apoios da Igreja às famílias carenciadas subiram muito nestes dois anos de pandemia?
Muitíssimo, muitíssimo. São os números que temos, quer da rede Cáritas Portuguesa quer de toda a rede das IPSS ligadas na tutela da Igreja, e mesmo as outras em geral. Ouvimos isso do padre Lino Maia da CNIS, do Manuel Lemos, da União das Misericórdias, é verdade que tivemos um salto. E tivemos um salto de gente nova, de gente que não costumava recorrer a estes apoios. A pandemia abalou profundamente alguns setores específicos que não estavam habituados, felizmente, ou não tinham sido vítimas de alguma crise mais efetiva e dura e profunda, como foi o turismo, a restauração, alguns serviços, algumas áreas da economia. Infelizmente, quando foi a crise económica ouvimos os responsáveis políticos nacionais dizerem que o setor social foi importante como para-choques, para aguentar o choque que as famílias tiveram. E, infelizmente, com a pandemia idem, idem, aspas, aspas. A rede do terceiro setor, o social, foi e está a ser fundamental para que os danos não sejam muito mais profundos do que aquilo que, infelizmente, são.

A Igreja estava preparada para isso? Soube reagir?
Infelizmente, somos profissionais da desgraça. Infelizmente, as nossas instituições vivem sempre nesta linha vermelha. As nossas IPSS nascem como primeira resposta aos problemas. Se formos às misericórdias, o que são desde há 500 anos? Uma primeira resposta a um problema novo, sempre. E aproveito para homenagear os trabalhadores, funcionários, dirigentes, desta rede maravilhosa de IPSS que temos pelo país, ligadas à Igreja e da área social pura e dura, e que vivem sempre com o terço na ponta da língua e nos dedos, que tem que ver com os orçamentos, que como dizia o Solnado, "acaba o ordenado e falta o mês". Vivemos sempre no limite, vivemos sempre a ratear para tentar corresponder àqueles que nos procuram, porque não há orçamento que corresponda a uma procura inflacionada que vamos tendo. Mas, permitam-me a expressão, graças a Deus, graças à generosidade dos portugueses, graças à solidariedade que é uma marca do ADN português, que quando falta nós somos capazes de, à Porto, fazer das tripas coração. E, portanto, somos um povo que se deve orgulhar de que, nos momentos de crise, fazemos milagres e somos capazes do pouco de cada um fazer muito para corresponder a todos.

E o Estado tem estado à altura?
Tem dias, tem dias... Ou seja, o Estado somos nós, não gosto nada que o Estado seja uma entidade estranha que ninguém conhece. E o Estado, ao longo deste tempo, está sempre aquém daquilo que é a sua corresponsabilidade no assumir dos custos destas respostas. Porque, às vezes, podemos ter ideia de que o Orçamento do Estado cobre aquilo que é o funcionamento do trabalho das instituições, mas não cobre. Ainda há dias fui fazer a bênção de uma valência nova da Misericórdia da Amadora, em que se gastaram uns milhões de euros, e que foram, quase na totalidade, meios próprios da instituição. Há um esforço muito significativo por parte das instituições para que o dia-a-dia possa acontecer. Não é o Estado que supre os orçamentos das instituições para que elas funcionem, o Estado comparticipa parte. E o que diz Manuel Lemos e o padre Lino Maia é que comparticipa sempre menos do que aquilo que devia, e do que aquilo que vai prometendo concretizar.

Vivemos numa sociedade da comunicação e do imediato. De que modo a espiritualidade esbarra neste modus vivendi?
Este tempo acelerado dos bits, dos likes, do não sei o quê, a certa altura, coloca-nos num desejo e numa vontade de procurar o deserto. O cardeal Tolentino há pouco tempo disse, de uma maneira tão perfeita que nem me arrisco a estragar, que às vezes temos necessidade de silêncio, de reflexão, de procurar os pontos cardeais daquilo que nos possa ajudar a navegar. E nesta vida tão acelerada, às vezes, temos necessidade de ter um farol, de ter pontos cardeais, além daqueles que são do GPS.

In manus tuas, quer dizer "nas tuas mãos", é o seu lema episcopal. Essa dádiva pessoal é uma entrega, um sacrifício ou uma libertação?
Tem dias, tem dias. Primeiro, dizer-vos que é uma homenagem ao senhor D. António Francisco dos Santos, era o lema episcopal dele. E quando me aconteceu esta circunstância da minha nomeação, não foram muitos segundos que passaram para concluir e para decidir que esse seria o meu lema. E tenho tido essa experiência única de que isto é para levar a sério. Aliás, logo nos primeiros dias, a minha mãe faleceu no sábado e eu fui ordenado bispo no domingo. O funeral foi no domingo de manhã e eu fui ordenado à tarde, só estando nas mãos de Deus é que é possível viver estas coisas.

Agradecemos a entrevista e desejamos um feliz Natal.
E eu também queria desejar e dizer que talvez este Natal seja o primeiro Natal em que alguns vão ter um lugar vazio na mesa. Pela pandemia, por outra circunstância, de morte, emigração, causa grave, acreditem que esse lugar está preenchido por todos os que somos, por todos os que queremos, e acreditem que amanhã as coisas podem ser um bocadinho melhores.

Associação Mutualista
Montepio

Dezembro 10, 2021

Fundação Montepio presente na cerimónia de atribuição do Prémio APAV para a Investigação 2021

Decorreu no passado dia 7 de dezembro, no auditório da atmosfera m, no Porto, a cerimónia de atribuição do Prémio APAV para a Investigação 2021.

O Prémio APAV para a Investigação é uma iniciativa da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima que tem o objetivo de premiar trabalhos de investigação sobre temas ou problemas relacionados com a missão da Associação, ou seja, o apoio a vítimas de crime, seus familiares e amigos. Pelo sétimo ano consecutivo, esta iniciativa mereceu o apoio da Fundação Montepio.

Andreia Filipa Pereira de Carvalho é a vencedora da 7.ª edição do Prémio APAV para a Investigação com o trabalho “A criança nas redes sociais – tutela da personalidade e responsabilidade parental na divulgação da imagem”. O júri atribuiu ainda duas Menções Honrosas aos trabalhos “Cooperação judiciária para efeitos de defesa dos interesses patrimoniais da vítima”, de Vânia Costa Ramos e Diogo Pereira Coelho, e “Violência Sexual Baseada em Imagens”, de Patrícia Maria Mendonça Rodrigues Ribeiro.

Na cerimónia esteve presente Carlos Beato, Administrador da Fundação Montepio.